

Iran Ferreira de Melo
Jorge Rodrigues de Souza Junior
Cristina Lopomo Defendi
Mônica Maria Soares Santos
Natanael Duarte de Azevedo
Renata Barbosa Vicente
(Organizadores)

Linguagem, identidade e poder

**reflexões discursivas
contemporâneas**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Maria José de Sena

REITORA

Maria do Socorro de Lima Oliveira

VICE-REITORA

Danielli Matias de Macedo Dantas

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG

Rinaldo Aparecido Mota

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG

Renata Valéria Regis de Sousa Gomes

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E CIDADANIA – PROEXC

Tália de Azevedo Souto Santos

PRÓ-REITORA DE GESTÃO ESTUDANTIL E INCLUSÃO – PROGESTI

Renata Andrade de Lima e Souza

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS – PROGEPE

Rodrigo Gayger Amaro

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

Joana dos Santos Silva

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – PROPLAN



UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA

Elidiane Suane Dias de Melo Amaro

DIREÇÃO GERAL E ACADÊMICA

Paula Basto Levay Lage

COORDENAÇÃO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

José Temístocles Ferreira Júnior

COORDENAÇÃO GERAL UAB

Felipe de Brito Lima

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO



Gabriel Santana

Josué Santiago

Rebeka Vivyan

PROJETO GRÁFICO E DESIGN

Carlos Alberto Ferreira

Fábio Antônio Menezes

Jader Matias de Oliveira

PRODUÇÃO GRÁFICA

Felipe de Brito Lima

COORDENAÇÃO

CORPO EDITORIAL – IV SINTEL

LINGUAGEM, IDENTIDADE E PODER

Brenda Carlos de Andrade (PROGEL/UFRPE)
Charles Borges Casemiro (IFSP)
Cristina Lopomo Defendi (IFSP)
Isabela Barbosa do Rêgo Barros (UNICAP)
Ivanda Maria Martins Silva (PROGEL/UFRPE)
Jorge Rodrigues de Souza Junior (IFSP)
Ludmila dos Santos Guimarães (UNIRIO)
Maria João Marçalo (Universidade de Évora)
Mônica Maria Soares Santos (US)
Natanael Duarte de Azevedo (PROGEL/UFRPE)
Paloma Pereira Borba Pedrosa (UFRPE)
Paulino Soma Adriano (ISCED)
Vicentina Maria Ramires Borba (PROGEL/UFRPE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

S612I	Simpósio de Estudos Interdisciplinares da Linguagem – SINTEL (4 : 2023 : Recife, PE). Linguagem, identidade e poder: reflexões discursivas contemporâneas: anais [do] 4. Simpósio de Estudos Interdisciplinares da Linguagem (SINTEL), 19 a 20 de outubro de 2023, Recife, PE / [organização]: Iran Ferreira de Melo... [et]. . – Recife : EDUFRPE, 2025. 84. : il. Inclui referências. ISBN DIGITAL: 978-65-86466-31-7 1. Linguagem 2. Identidade 3. Linguística I. Melo, Iran Ferreira de, org. II. Título CDD 400
-------	---

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n
Dois Irmãos – CEP: 52171-900
Recife/PE

Iran Ferreira de Melo
Jorge Rodrigues de Souza Junior
Cristina Lopomo Defendi
Mônica Maria Soares Santos
Natanael Duarte de Azevedo
Renata Barbosa Vicente
(Organizadores)

ANAIS DO IV SINTEL

LINGUAGEM, IDENTIDADE E PODER:
reflexões discursivas contemporâneas

1ª edição
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Recife,
2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Mônica Maria Soares Santos
Renata Barbosa Vicente 6

CAPÍTULO 1

PROCEDIMENTOS DE SINTAGMATIZAÇÃO COMO MECANISMOS SEMIOLÓGICO- ENUNCIATIVOS DE ENGAJAMENTO SUBJETIVO NA ESCRITA DE INTRODUÇÕES

Maria Carolina Cordeiro Pessoa Bezerra
José Temístocles Ferreira Júnior
Mônica Santos da Costa Reis
Wanderley Martins da Silva 9

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA EM PRODUÇÕES TEXTUAIS ESCRITAS POR UM VIÉS ENUNCIATIVO

Mônica Santos da Costa Reis
José Temístocles Ferreira Júnior
Maria Carolina Cordeiro Pessoa Bezerra 20

CAPÍTULO 3

PRODUÇÕES TEXTUAIS DISSERTATIVA- ARGUMENTATIVAS: um estudo de caso

Norma Cristina Ribeiro Santos
Valquíria Claudete Machado Borba 37

CAPÍTULO 4

A DESORDEM DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE COTAS ACADÊMICAS: analisando informações que (ir)rompem a verdade

Izabel L. S. Colling
Tiago Dieguez 46

CAPÍTULO 5

“EU NÃO SEI FALAR”: letrando e superando
silenciamentos no Quilombo Candeal

Daiane da Fonseca Pereira 57

CAPÍTULO 6

TODA TRABALHADA E TOMBANDO: textos
legislativos proibicionistas à linguagem não-binária

Gustavo José Barbosa Paraiso 68

CAPÍTULO 7

TODAS E TODES: disputa de sentido e
glotopolítica de gênero no Brasil

Iran Ferreira de Melo 78

APRESENTAÇÃO

O volume intitulado *Linguagem, Identidade e Poder: Reflexões Discursivas Contemporâneas* reúne sete artigos, que exploram questões relacionadas à linguagem, identidade, disputas de poder e práticas discursivas em diversos contextos sociais e educacionais.

O artigo **Procedimentos de sintagmatização como mecanismos semiológico-enunciativos de engajamento subjetivo na escrita de introduções** investiga os mecanismos de organização textual em introduções de artigos científicos, sob a perspectiva enunciativa, para compreender como esses procedimentos sinalizam engajamentos discursivos e reforçam a autoria do texto acadêmico. Por meio da análise de introduções publicadas em periódicos de alto impacto, o estudo identifica como os níveis semióticos e semânticos da língua contribuem para produções mais coerentes e autorais. Em **A construção da referência em produções textuais escritas por um viés enunciativo**, o foco é a análise de textos produzidos por discentes do 3º ano do Ensino Médio, com atenção especial à construção de referência. A pesquisa utiliza os conceitos de enunciação para compreender como o locutor-escrevente organiza e atribui sentido às informações no texto, destacando a importância de mobilizar mecanismos semióticos e semânticos para alcançar maior clareza e precisão na escrita. O artigo **Produções textuais dissertativa-argumentativas: um estudo de caso** avalia textos dissertativo-argumentativos escritos por alunos concluintes do Ensino Médio em uma escola da periferia de Salvador, utilizando os critérios do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O estudo explora lacunas de competência nas produções textuais e analisa como fatores socioeconômicos e o uso de materiais didáticos influenciam o desempenho na construção de argumentos e coesão textual. Em **A**

desordem da informação no processo de discursivização sobre cotas acadêmicas: analisando informações que (ir)rompem a verdade, discute-se o fenômeno da desordem informacional no contexto acadêmico, analisando discursos sobre cotas em um vídeo do YouTube e seus comentários. A pesquisa destaca estratégias discursivas que oscilam entre apelos racionais e emocionais, revelando a construção de regimes de verdade que legitimam ou deslegitimam a informação, em um contexto marcado por disputas ideológicas. **“Eu não sei falar”:** **letrando e superando silenciamentos no Quilombo Candeal** aborda práticas de letramento racial como ferramentas de resistência em uma comunidade quilombola. A pesquisa, realizada em Feira de Santana-BA, analisa rodas de conversa durante a VI Semana da Igualdade Racial, destacando como essas práticas educativas não formais promovem o empoderamento e combatem silenciamentos históricos impostos pela exclusão social e racial. O artigo **Toda trabalhada e tombando: textos legislativos proibicionistas à linguagem não-binária** examina discursos legislativos que visam proibir o uso da linguagem não-binária de gênero no Brasil. A análise, baseada em projetos de lei federais e estaduais, revela como esses textos constroem narrativas que depreciam a linguagem neutra, utilizando estratégias discursivas que reforçam a normatividade e marginalizam identidades dissidentes de gênero. Por fim, **Todas e todes: disputa de sentido e glotopolítica de gênero no Brasil** traça uma cartografia da linguagem disruptiva de gênero no Brasil, analisando como a linguagem neutra ou não-binária tem sido recebida e utilizada por pessoas trans e dissidentes de gênero. O estudo também investiga como essas questões são abordadas no currículo escolar de Pernambuco, promovendo debates sobre inclusão e representatividade linguística.

Esses artigos, ao articular temas de linguagem, identidade e poder, contribuem para ampliar a compreensão das dinâmicas discursivas contemporâneas, oferecendo reflexões relevantes para os campos da linguística, educação e estudos de gênero.

*Profa. Dra. Mônica Maria Soares Santos
(Universidade de Santiago - US)*

*Profa. Dra. Renata Barbosa Vicente
(Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE)*

CAPÍTULO 1

PROCEDIMENTOS DE SINTAGMATIZAÇÃO COMO MECANISMOS SEMIOLÓGICO- ENUNCIATIVOS DE ENGAJAMENTO SUBJETIVO NA ESCRITA DE INTRODUÇÕES

BEZERRA, Maria Carolina Cordeiro Pessôa¹

FERREIRA JÚNIOR, José Temístocles²

REIS, Mônica Santos da Costa³

SILVA, Wanderley Martins da⁴

INTRODUÇÃO

Na linguística da Enunciação, o homem e a linguagem são indissociáveis. Na verdade, o homem está na linguagem, assim como a natureza e a cultura. É através do discurso, enquanto produto da enunciação, que forma-se o sujeito. É, portanto, necessário dizer para que se possa existir. Trata-se disso a visão antropológica de língua de Benveniste:

Para que as relações humanas se concretizem e sejam significadas por esse aparato simbólico intermediário, a linguagem precisa realizar-se em uma língua particular, que se atualiza em discurso (...) (SILVA, 2018, p. 5).

1 Universidade Federal Rural de Pernambuco. mariacarolinacpb@hotmail.com

2 Universidade Federal Rural de Pernambuco. josetemistocles@yahoo.com.br

3 Universidade Federal Rural de Pernambuco. monica_costa1989@hotmail.com

4 Universidade Federal Rural de Pernambuco. wms297@gmail.com

Ou seja, a análise de um texto nessa perspectiva leva em consideração toda a historicidade da língua. As mudanças ocorrem e devem ser vistas enquanto marca do humano nesse discurso. É através dessa perspectiva de linguagem e de enunciação, enquanto ato de significação, que o seguinte trabalho está ancorado. Pensando nesse estudo, os seguintes questionamentos surgem: Como funciona o estudo de um texto nessa perspectiva enunciativa? Existem elementos já preestabelecidos para uma análise enunciativa, sobretudo em textos acadêmicos? Levando em consideração a rigidez de um artigo científico, como é firmada a sua autoria?

Para responder ao questionamento, utilizaremos Ilari (2001) em uma perspectiva mais histórica a respeito do longo caminho percorrido para a consolidação da semântica enquanto ciência; Flores (2013) para explorar um pouco mais sobre a trajetória de estudos desenvolvidos por Benveniste, principalmente no que diz respeito ao que ficou conhecido enquanto uma teoria enunciativa do francês; por último, utilizaremos o próprio Benveniste (1970) para realização da análise de uma seção do artigo científico: a introdução.

É, portanto, objetivo deste artigo explorar brevemente o caminho percorrido pelo estudo do sentido a fim de apresentar as várias possibilidades e perspectivas que surgiram com o decorrer dos anos, fazendo com o que o estudo do texto se tornasse cada vez mais rico e mais propenso a investigações.

Dessa forma, as próximas seções estão divididas em: 1) A filha legítima do sentido: o surgimento de uma linguística da enunciação; 3) um olhar para Benveniste; 4) o aparelho formal da enunciação; 6) análise do Corpus. Logo após estão as considerações finais e as referências utilizadas.

1 **A FILHA LEGÍTIMA DO SENTIDO:** o surgimento de uma linguística da enunciação

Para uma melhor compreensão da perspectiva adotada neste trabalho, trataremos da perspectiva adotada por Benveniste enquanto uma Linguística da enunciação. Para essa “nova” linguística, a “linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma argumentalogia; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo da nossa verdade” (OLIVEIRA et al, 2012, p. 27).

No artigo *Da subjetividade na linguagem* (1998c), Benveniste esclarece um pouco mais sobre essa perspectiva linguística quando assume que a linguagem é intrinsecamente ligada ao sujeito que fala ou escreve, e como a linguagem é fundamental para a construção da subjetividade individual e social. Ele defende que a língua é o elemento que funda a subjetividade no homem a partir dessas trocas enunciativas que são estabelecidas com o outro.

Essa mudança de perspectiva, tendo em vista as concepções formalistas anteriores, ocasionou em transformações que obtiveram grandes contribuições de outra área chamada Pragmática. As discussões realizadas nesse âmbito foram fundamentais para que o uso da língua fosse levado em consideração para o estudo dos sentidos, e isso se refletiu, em diferentes medidas, em correntes pós-estruturalistas como a Linguística textual, a Análise do Discurso, a Análise Crítica do Discurso/AD, a Sociolinguística etc.

2 UM OLHAR PARA BENVENISTE: o aparelho formal da enunciação

É quase de consenso acadêmico vincular a Semântica da Enunciação àquele que outrora se propôs a abrilhantar ainda mais os construtos de Saussure: Benveniste. Este, expandiu e contribuiu com novas perspectivas, uma delas é a noção de língua.

Segundo Flores (2013), há uma rede de termos, conceitos e noções interdependentes uns dos outros na teoria benvenistiana. Isto é, não é possível dizer que existe um único viés para compreender Benveniste, se não o reconhecimento de perspectivas. Isso ocorre, principalmente, porque existem períodos da sua teoria, todavia, somente nos ocuparemos do momento da formulação da ideia de aparelho formal de enunciação.

Benveniste possui publicações em inúmeras áreas e isso faz com que o seu acervo seja riquíssimo em nomenclaturas, conceitos e discussões, o que nos leva a uma de suas principais ideias: um *aparelho formal da enunciação*. O aparelho condensa os quarenta anos de estudo do teórico sobre a enunciação. Nele é possível encontrar os aspectos teórico-metodológicos enunciativos e, além disso, todas as suas discussões de textos anteriores, contemplando as categorias de pessoa, forma/sentido, espaço, semiótico/semântico, sintagmatização, tempo e outras.

Um dos principais impactos que esse texto provocou foi a formulação de um conceito explícito de enunciação. Para ele, “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLG II, 1989, p. 82). Essa definição parte de dois conceitos importantes: o emprego das formas e o emprego da língua. Divergentes entre si por serem de “mundos diferentes” (PLG II, 1989, p. 81). Isso se justifica porque um se limita às regras que regem as condições sintáticas, morfológicas e quaisquer outras combinações que estejam ligadas à forma. Já o outro, segundo Benveniste, se trata

“de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (PLG II, 1989, p. 82). É neste que o francês se apoia para definir a enunciação, que, por sua vez, é uma espécie de mecanismo que afeta a língua em sua totalidade (PLG, 1989). Ou seja, como aponta Flores (2013), desde as primeiras páginas de *O Aparelho*, “há uma ruptura com a visão ‘estratificada’ de língua e um alargamento da análise enunciativa estendendo-a a todos os níveis da língua” (2013, p. 163). Aqui, nos determos apenas ao quadro formal de realização. Este se tratando do que se constitui a enunciação em si: o ato, as situações e seus instrumentos. É um possível caminho a ser percorrido para realização da análise enunciativa.

Dois questões que orientam esse caminho são: a presença de um locutor, já que Benveniste vai dizer que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (PLG II, 1989, p. 84). Esse locutor, por sua vez, vai se apropriar desse *aparelho* e vai ser possível percebê-lo por meio das outras duas questões: os índices específicos e os procedimentos acessórios. Os índices específicos são listados no PLG II (1989, p. 85) enquanto: Pessoa (eu-tu); ostensão (este, aqui, etc.) e tempo (tempos verbais). Quanto aos procedimentos acessórios, que estão ligados especificamente as condições de singularidade de cada ato enunciativo, segundo o francês, fornecem “as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (PLG II, 1989, p. 86), isto é, a interrogação, a intimação e a asserção.

3 O PROCESSO DE SINTAGMATIZAÇÃO

Como foi pontuado na seção anterior, a teoria benvenistiana se preocupa em unir a semantização e a sintagmatização. Uma responsável pela forma e a outra pelo sentido, e é com esta que esse estudo mais se preocupa. Ambos os processos fazem com que exista o estímulo

do estudante à produções mais significativas e o ensino do texto a atentar-se para o “o que” e o “como” fazer.

Especificamente, o processo de sintagmatização, neste estudo, é de grande importância. É através dele que podemos compreender como as palavras e os morfemas se organizam para produzir o significado em uma frase. O estudo desse conceito é de grande valor para Benveniste, assim como o conceito de referência, o processo de subjetividade, este ligado ao conceito de pessoa-não pessoa, o de forma-sentido e etc.. Estes constituem eixos centrais da perspectiva Benvenistiana. Devido a isso, o presente trabalho concorda com o pensamento da pesquisadora Mello (2012, p. 46):

“na arquitetura dos textos, há diferentes configurações do aparelho formal da enunciação: a língua disponibiliza formas específicas que revelam a presença da subjetividade, mas, na construção de um texto, esse aparelho formal se atualiza, se singulariza por meio da sintagmatização promovida pelo locutor”.

Vejamos como essa singularização ocorreu nas análises das cinco introduções:

4 A ANÁLISE

No quesito textualidade, como vamos observar nos trechos e análises apresentados abaixo, levando em consideração o que a Academia e os principais portais de publicação desse gênero - como revistas qualificadas – pedem, nós vemos um eu locutor (a Academia), agir sobre o tu (o escritor/aluno), exigindo um padrão de qualificação baseado nos preceitos de uma comunidade acadêmica específica. Nessa relação, quando esse aluno escreve uma introdução, ele passa a ser esse locutor que tenta agir para convencer esse outro da relevância de sua

pesquisa que, por sua vez, é apresentada na seção de introdução. Esta, logicamente, atendendo aos padrões solicitados pela comunidade.

Finalmente, para situar, as introduções aqui foram publicadas em revistas de Qualis A1 no quadriênio avaliativo CAPES 2013-2016. À luz de esclarecimento, cada uma das introduções serão chamadas de *Intro1*, *Intro2*, *Intro3*, *Intro4* e *Intro5*. Vejamos a primeira introdução (*Intro1*): “Neste artigo, *discuto* as conexões teóricas entre estilização de gênero (BUTLER, 2019 [1990]) e ideologias linguísticas (IRVINE, 1989; BLOMMAERT, 2014; CAMERON, 2014)”.

A partir das primeiras palavras, já é iniciado o processo de situar o leitor do texto, nesse caso um artigo, e através da ocultação desse eu, que acompanha o verbo discutir, ele pontua as teorias que serão utilizadas: a estilização de gênero e ideologias linguísticas. É interessante perceber aqui que, mesmo não estando explícito, é instaurado um “tu”, e – por consequência – é instituído o seu lugar de autoria. O uso da terceira pessoa é marca desse gênero acadêmico. E, embora algo esteja se repetindo, afinal já houve outras pesquisas que uniram as teorias propostas no texto, nada é dispensável na língua, afinal o modo de utilizá-la nunca se repete. A fim de que a análise seja melhor compreendida, elegemos algumas categorias facilmente percebidas: 1) a referencia ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor; 2) referencia ao tempo e ao espaço; 3) intenção comunicativa explícita e 4) os índices de avaliação.

No que diz respeito à referência ao locutor e ao interlocutor, as cinco introduções não utilizam, linguisticamente, os índices específicos como, por exemplo, os pronomes pessoais: *Intro 1*: “Neste artigo, *discuto*...”; *intro2*: “Nesta pesquisa, *reflete-se* acerca”; *intro3*: “Nesse complexo contexto, *objetivamos* (...)”; *intro4*: “O presente artigo *busca*...”; *intro5*: “Este artigo *busca* (...)”. O texto contém expressões como “Neste artigo”, e “Para isso, *retomo* conceitos”, que indicam a presença do locutor no discurso. Essas expressões estabelecem uma relação direta entre o locutor e o conteúdo do texto, demonstrando a presença do

sujeito da enunciação. Embora o texto não contenha interlocutores explícitos, o conteúdo é apresentado em uma comunicação direta para os leitores interessados na temática, estabelecendo uma relação implícita entre o locutor e o interlocutor.

Também na categoria de tempo e espaço, foi possível observar a presença dos seguintes trechos: Intro1: “(...) Na seção a seguir...”; Intro 2: “(...) Por fim, serão sistematizadas as conclusões...”; Intro 4: “Em um primeiro momento, será feito um breve levantamento...”; “(...) Em um segundo momento, será abordada a produção...”.

O uso de expressões temporais como “na seção a seguir”, “serão sistematizadas”, “em um primeiro momento” e “em um segundo momento” indicam uma organização temporal no discurso, apontando para a estruturação do texto em seções específicas. Além disso, a referência ao contexto ocidental vigente situado nas introduções, sugere uma localização espacial e cultural para o discurso. Isto é, indica que os caracteres utilizados para a construção dessa mensagem que visa convencer esse leitor, está de acordo com as questões culturais de uma determinada comunidade e, conseqüentemente, de uma língua específica. A intenção comunicativa explícita, sendo a terceira categoria elegida para análise ocorre na Intro1 por meio do seguinte trecho: *Intro1*: “(...) *Meu* objetivo principal é compreender...”.

É apresentada, portanto, por um pronome possessivo, assegurando mais claramente a autoria desse texto. Esse movimento não é comum nesse gênero. O pronome “meu” vem acompanhado do verbo *objetivo*, a fim de iniciar o processo de motivação por trás desse trabalho. O locutor, que nesse caso já passou a ser o texto escrito, esse eu institucional, responde para o leitor a seguinte pergunta: Qual a razão da sua existência?

A última categoria é o de índices de avaliação. O uso dos verbos no presente do indicativo como discuto, procuro, exponho e etc., revelam o tempo linguístico, como foi visto na categoria de tempo e espaço. Esse uso revela a concomitância entre o que foi dito com

o próprio momento da enunciação. Nas cinco introduções é possível perceber o uso do indicativo como forma de deixar que o próprio texto conte algo e se desvende para o leitor. Já o uso de expressões como “*está*” e “*é*”, percebe-se um juízo de valor, como na *Intro5*: “o artigo *está* organizado em outras oito partes”, também na *Intro2*: “é importante que as propriedades do *artigo científico* sejam conhecidas pelos estudantes do ensino superior” e na *Intro3*: “o lugar reservado a essas áreas no currículo oficial brasileiro *é* insatisfatório”.

O que possibilita enxergar a presença oculta desses índices específicos é, justamente, a sintagmatização. Essa capacidade de situar a presença desse interlocutor, ainda que ele não possua um lugar de grande destaque nesse gênero. O locutor projeta a imagem desse alocutário leitor, criando esse ato de linguagem que quer compreender do que se trata o artigo em questão. A partir dessa compreensão, entende-se a ocorrência desse processo de subjetividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a explanação a respeito do conceito de enunciação, foi pensado em sua aplicação no e para o texto, levando sempre em consideração o caráter individual de uma análise enunciativa. Nesse caso, foi possível perceber – principalmente – o efeito de autoria, ainda que de forma subjetiva, criando-se e marcando-se no discurso.

Sendo assim, por meio da análise realizada, ficou evidente as contribuições que a enunciação oferece para produções de textos mais coerentes e significativos, fazendo com o estudante/escritor seja capaz de atestar sua autoria na e por meio da linguagem. Assim, existe a necessidade de estudos que voltem o seu olhar para a união de textos acadêmicos e a teoria enunciativa, tendo em vista as mudanças que estão ocorrendo com o decorrer dos anos na escrita e na análise de textos.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, C.; LEITE, J. **A relação entre teoria e prática no Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa: uma abordagem enunciativa.** ReVEL, v. 14, n. 11, ed. esp., p. 158-181, abr. 2016. Disponível em: Acesso em: 05 julho de 2023.
- BENVENISTE, Émile (1966). **Problemas de linguística geral I.** Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II.** Campinas, SP: Pontes, 1989.
- CABRAL, Leonor Scliar. **Introdução à lingüística.** Porto Alegre, RS: Globo, 1974.
- FLORES, V. N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste.** São Paulo: Parábola, 2013
- GREIMAS, A. J. **L'Énonciation: une posture épistémologique.** Significação – Revista Brasileira de Semiótica, nº 1, Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas: Ribeirão Preto, 1974. p.09-25.
- ILARI, R. **Introdução à semântica.** São Paulo: Contexto, 2001.
- MELLO, Vera Helena Dentee de. **A sintagmatiza-semantização: uma proposta de análise de texto.** Porto Alegre: LUME, Repositório Digital. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56031>>. Acesso em 13 de out. de 2023.
- NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística.** FLORES, Valdir.; BARBISAN, Leci. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009a.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 1. p. 23-54. 2 v.

SILVA, Carmem Luci da Costa Silva. **O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem.** D.E.L.T.A., 34.1, p. 419-433, 2018.

TAMBA-MECZ, Irene. **A Semântica.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA EM PRODUÇÕES TEXTUAIS ESCRITAS POR UM VIÉS ENUNCIATIVO

REIS, Mônica Santos da Costa⁵

FERREIRA JÚNIOR, José Tasmístocles⁶

BEZERRA, Maria Carolina Cordeiro Pessôa⁷

INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca discutir em redações escolares de alunos do terceiro ano do ensino médio como o processo da enunciação escrita foi desenvolvido pelos educandos para a elaboração de redações escolares. Ao tratar da enunciação escrita, discutiremos, com fundamento em Benveniste (1989;1991), como a língua pode desempenhar o papel de dupla significação pensando na escrita como processo de significação, que a língua pode desempenhar a partir de sua propriedade de interpretação de si mesma e de outros sistemas utilizando de recursos semióticos e semânticos. Essa concepção de língua e enunciação escrita possibilitou uma importante avaliação e reflexão durante a análise do corpus de pesquisa, de compreender como o sujeito pode utilizar de recursos linguísticos na fala e na escrita para promover sentido.

Compreendemos que, para o desenvolvimento de produção de texto escrito, o estudante passa por um processo de aprendizagem no ensino de língua, fundamental para a apropriação da linguagem

5 (PROGEL/UFRPE). monica_costa1989@hotmail.com

6 (PROGEL/UFRPE). josetemistocles@yahoo.com.br

7 (PROGEL/UFRPE). mariacarolinacpb@hotmail.com

formal, necessária ao desenvolvimento de tipos textuais estudados em sala de aula. Assim, tendo o conhecimento da língua formal cada estudante irá desenvolver com maestria a adequação à estrutura do texto utilizando, por exemplo, de recursos de coesão para a coerência temática e progressão textual, obedecendo os critérios de avaliação que um texto dissertativo-argumentativo propõe. Todos os mecanismos de argumentação utilizados durante a escrita do texto é o que irá propor ao estudante desenvolver uma tese bem estruturada, almejando no final uma proposta de intervenção para a solução ou buscar amenizar a problemática discutida.

A prática de desenvolver redação em sala aula torna-se mais frequente durante o Ensino Médio, onde os docentes de Língua Portuguesa buscam estimular os estudantes à escrita de texto dissertativo-argumentativo para prestarem vestibulares e realizarem o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa prática de professores de língua permite analisar e compreender como os estudantes utilizam da enunciação escrita para desenvolver tipos de textos. Diferente da linguagem oral, onde os estudantes estão acostumados a discutir sobre quaisquer temática sem a preocupação de planejar e organizar um discurso, pois a qualquer momento é possível fazer alterações, na enunciação escrita é preciso de toda uma preparação e tempo para a elaboração, uma vez que o tempo de realização da enunciação escrita ocorre em tempo posterior do locutor, a realização da enunciação escrita ocorrerá por meio da leitura.

Dessa forma, compreendemos que a prática da enunciação escrita ocorre também por configurações da língua durante a enunciação, uma vez que o ato de escrever como registro da língua é o resultado de um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelos indivíduos como um produto de domínio individual e de domínio social, que permitirá ao sujeito enunciar por meio da escrita. Como enfatiza Benveniste, “A fala se realiza formalmente em palavras discretas; agrupamos uma após a outra, as partes de um todo, enquanto a “escrita” é primeiramente

concebida como globalidade, ela enuncia sinteticamente uma sucessão de ideias, ela conta uma história inteira” (Benveniste, 2014, p. 157). O autor aborda a condição da escrita se assemelhar a linguagem interior como uma linguagem que é compreensível até então pelo falante até o momento em que ele procura tornar essa linguagem interior compreensível ao seu interlocutor e isso é possível através da escrita.

Dessa forma, utilizamos como aporte teórico para o trabalho os estudos de Benveniste (1989; 1991 e 2014) a respeito dos aspectos enunciativos da linguagem na construção de sentidos e sobre a língua e a escrita, Flores (2013), que aborda uma contextualização à teoria enunciativa de Benveniste, Endruweit (2010) sobre análises da enunciação escrita e Silva (2018), a qual realiza uma análise teórica acerca do estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem.

1 O TEXTO ESCRITO SOB UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

A abordagem das categorias linguísticas deve sempre tomar por base o funcionamento da língua, desde o estudo dos pronomes, que são tomados como uma categoria vazia de referência e, por isso, estão sempre submetidos a uma instância de discurso para o preenchimento da referencialidade, passando pelos planos semiótico e semântico até a perspectiva assumida no texto “O aparelho formal da enunciação”, onde a língua passa a ser vista como integrada pela subjetividade do sujeito.

Dessa forma, o sujeito faz uso de componentes linguísticos se apropriando da língua, uma vez que a enunciação é um ato de conversão da língua como discurso. Para Benveniste (1989-1991), a escrita é vista como uma forma complexa de discurso, que demanda do locutor-escrevente uma ação cujo foco está relacionado ao domínio semiótico da língua. Assim, o aluno-escrevente ao se apropriar da língua para utilizar de recursos semióticos referentes a alguns critérios expressos

na matriz de referência para a redação, precisa organizar suas relações discursivas para a semantização da escrita.

Destarte, a perspectiva enunciativa segundo Benveniste (1989; 1991), traz consigo uma série de pressupostos:

a) A presença do locutor na língua

Partimos da concepção que para significar o estudante utiliza da linguagem através da apropriação de uma língua, onde ela passa de locutor a sujeito do seu discurso e promove sempre discursos atualizados na e pela linguagem. “Refletir sobre texto nessa perspectiva é situar-se nessa dimensão de historicidade para tratar cada experiência de atualização da língua em discurso como um registro humano na linguagem, já que pensar a língua fora de seu uso é excluir o humano e o histórico” (Silva, 2018, p. 420-421). Como enfatiza a autora, a linguagem está na natureza do homem porque é através dela que construímos relações sociais e a cada discurso como o produto de um ato enunciativo construímos sempre acontecimentos diferentes que dão características a cada sujeito de sua enunciação, assim dizendo, o sujeito só existe porque tem a linguagem para se expressar e construir relações com um parceiro discursivo.

Assim, “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco - ao qual digo *tu* e que me diz *tu*” (Benveniste, 1991, p. 286). A subjetividade tratada por Benveniste é aquela ligada à pessoa do discurso que ao se apropriar do sistema da língua, ele passa de locutor a sujeito e significa, constrói referência junto ao seu interlocutor por meio de seu discurso.

b) As relações de trocas discursivas entre o locutor e um parceiro

Cada vez que a língua é enunciada, o discurso é situado em um tempo, espaço e pelas pessoas a partir de um ato singular, onde ocorre as

trocas discursivas entre um *eu* e *tu*. O texto pode ser analisado pensando nessa singularidade realizada que cada um evoca, considerando sempre que ao enunciar eu implanto o outro dentro de mim “Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*” (Benveniste, 1991, p. 286). Por isso, compreendemos a língua como uma prática de comunicação intersubjetiva, capaz de significar não apenas como falante, mas também como escrevente em textos diversos.

Benveniste explica a condição primeira de experiência subjetiva que o falante utiliza para a comunicação: a língua, que em virtude de sua estrutura permite uma produção diversa de enunciados em variedades ilimitadas provenientes de sentido. Benveniste ainda explica que há três propriedades inerentes à língua, ela é formada de unidades significantes; a capacidade de arranjar esses signos linguísticos de maneira significativa, e a partir desses dois elos, ele destaca a terceira propriedade como condição sintagmática, ou seja, a capacidade de seleção e organização de termos linguísticos seguindo regras específicas (Benveniste, 1989). Essas propriedades são de fato a explicação para compreendermos que nada pode ser compreendido sem a natureza da língua.

Ademais, o linguista explica o fato de a língua apresentar uma dupla configuração de funcionamento subjetivo e referencial no discurso. A primeira oposição em relação as formas linguísticas *eu* e *tu* faz referência ao discurso que ocorre entre pessoas (alocução), já a segunda oposição *eu, tu* a *ele*, remete a condição de referência pela possibilidade de o sujeito enunciar sobre algo ou alguém. Essa dupla aptidão da língua nos faz concordar com Benveniste (1989), de que a língua, com efeito, é considerada uma prática discursiva capaz de revelar o uso particular que os falantes como os grupos sociais fazem da língua e as diferentes manifestações que resultam no interior da língua comum.

c) A referência como um efeito da enunciação

Na enunciação consideramos o ato para posteriormente analisar a situação em que ocorre esse ato e assim, descrever os recursos linguísticos utilizados pelos falantes. O ato segundo Benveniste é quando o locutor se apropria da língua para enunciar e atinge um ouvinte que lhe dará um retorno pela enunciação. O linguista discute que o locutor se apropria da língua para enunciar e referir pelo seu discurso e, dessa forma, “[...] possibilitar ao outro da sua alocução correferir. E nesse caso, a referência é produto e efeito da enunciação de *eu* para um *tu* sobre um *ele*” (Silva, 2018, p. 427). Assim, como enfatiza (Silva, 2018, p. 428-429) “a análise de textos pelo viés enunciativo benvenistiano consiste em buscar os “vestígios” nos modos como cada locutor integra forma e sentido para colocar a língua em emprego em discursos presentes nas distintas práticas sociais”. Dessa forma, compreendemos que locutor e interlocutor quando se apropriam da língua controem referência no texto escrito, uma vez que, a referência é a parte integrante da enunciação permitindo aos interlocutores significarem em seu discurso.

d) A semantização

Essa perspectiva enunciativa pressupõe a conversão da língua como sistema virtual em discurso, que deve ser tomada dentro de quadro figurativo em que o locutor (*eu*) fala com um outro (*tu*) a respeito de uma não pessoa (*ele*). Dessa forma, Benveniste explica que “do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva (...). A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. A semantização envolve esses dois modos de ser da língua, pois resume todo o trabalho realizado com a língua no discurso.

A enunciação segundo Benveniste (1989), ocorre pelo quadro formal de realização da língua, quando o locutor se apropria de um aparelho de funções para enunciar. Nessa abordagem “A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (Benveniste, 1989, p. 82). Para que o locutor se aproprie da língua para

marcar sua posição de sujeito, torna-se necessário ele utilizar de termos linguísticos necessários à enunciação. Para isso, tanto os verbos quanto os pronomes (pelos termos *eu-tu*), são características linguísticas que atualizam a categoria de pessoa, já que toda língua reserva um lugar para as categorias de pessoa, tempo e espaço como condição do sujeito utilizar da linguagem para significar.

Além dos índices específicos de pessoa, tempo e espaço, há, segundo Benveniste (1989) os procedimentos acessórios relevantes para a realização da enunciação. Os procedimentos acessórios remetem a toda singularidade linguística que o indivíduo evoca para construir o seu discurso junto ao seu alocutário. Assim, a esta singularidade está presente as funções sintáticas que a língua oferece ao indivíduo quando se apropria da língua. Alguns exemplos desses procedimentos, são discutidos por Benveniste (1989), como a interrogação que suscita uma resposta; a intimação que implica uma ordem, um chamamento; a asserção que visa comunicar uma certeza, assim como, algumas modalidades formais como os modos verbais e a fraseologia, dentre outros. Essas condições linguísticas disponibilizadas no sistema da língua corroboram com a intenção comunicativa que é construída por cada locutor na sua enunciação.

Portanto, podemos inferir que a enunciação é o resultado da semantização da língua, ou seja, quando o locutor converte a língua em discurso se apropriando de um aparelho de formas linguísticas disponível à língua a cada ato de discurso. Pensar em discurso nesse contexto leva-nos a refletir sobre a enunciação escrita, que embora apresente características específicas para a sua realização é um sistema semiológico da língua que permite, por exemplo, aos estudantes significarem por meio da escrita de diferentes gêneros e tipos textuais. Com isso, no ato da escrita do educando ele levará em consideração duas condições específicas, primeiro que na comunicação oral a presença do locutor e do alocutário que agem numa dinâmica entre falante e ouvinte ocorre em um tempo presente, já para a enunciação escrita

locutor e alocutário são autor e leitor e compartilham de um tempo posterior ao ato do estudante. São duas condições de realização do discurso praticadas pelos educandos, onde a língua realiza seu papel de significação.

2 A ENUNCIÇÃO ESCRITA: o processo de apropriação de recursos semióticos para semantização

Para Benveniste, a escrita, do ponto de vista da enunciação, é vista como uma forma complexa de discurso, uma vez que pressupõe uma configuração discursiva diferenciada a partir de um quadro formal da enunciação em que o locutor-escrevente, por meio da escrita, dá voz a um parceiro discursivo que está ausente. Logo, o quadro discursivo em que a escrita se realiza traz um conjunto de mecanismos em que a enunciação toma forma e sentido na prática social e implica um diálogo entre um locutor e um interlocutor. Enquanto realização individual, o locutor pode se apropriar da língua escrita para enunciar e referir, significar pelo seu discurso para o seu interlocutor.

Sob uma perspectiva semiológica, a escrita expõe a capacidade de autossemiotização da língua, uma vez que comporta um sistema significante voltado à representação da própria língua. Dessa forma, o sistema semiótico da escrita explicita a propriedade inerente ao sistema semiótico da língua de poder interpretar todos os outros sistemas, inclusive um sistema voltado para a própria língua. É nesse sentido que a língua escrita permite ao falante a objetivação da sua linguagem interior, na construção de sentidos. O sistema da língua permite aos falantes essa dupla referência de enunciados, em que é possível, por meios da organização de signos linguísticos secundários à fala, uma representatividade por meio da escrita.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é do tipo quali-quantitativa tendo como corpus duas redações escolares, com o tipo textual dissertativo-argumentativo, de alunos do 3º ano do Ensino Médio, estudantes de uma escola estadual da rede de ensino da cidade de Vertentes/PE. O corpus de análise é composto pelas produções de redações escolares, escritas em sala de aula por alunos, ambos procuraram observar as exigências da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As análises têm caráter qualitativo-interpretativista por meio do qual buscamos redimensionar a construção da referência em produções textuais escritas por uma perspectiva enunciativa.

Dessa forma, com base nos estudos de Benveniste (1989; 1991) sobre a linguagem e sobre o modo com que o locutor se propõe como sujeito nas trocas enunciativas estabelecidas com um parceiro discursivo, compreendemos com base nessa perspectiva, que é possível analisar como a construção da referência no texto escrito decorre da enunciação. A enunciação provoca um desdobramento que faz com que cada indivíduo enuncie a sua condição de sujeito, sujeito de sua enunciação para construir referência junto ao seu interlocutor. Assim, podemos entender a referência como a língua em ação que comporta um sistema de signos e permite a cada sujeito uma nova atualização no discurso. É através da enunciação que cada sujeito se define e se posiciona para construir sentido.

Com isso, buscamos analisar na enunciação escrita dos estudantes como cada locutor-escrevente constrói referência ao desenvolver a sua redação usando de argumentos claros e fundamentados, assim como propõe a temática proposta na prova da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Assim dizendo, compreendemos que a construção referencial nas produções textuais escritas envolve a semiotização e a semantização implicadas no ato de colocação da língua em funcionamento.

Logo, no texto escrito o locutor-escrevente irá se deparar com a tarefa de organizar a construção de frases e de períodos, de modo que transmita ao seu interlocutor a compreensão de suas ideias expostas por meio de seu texto. Isso não é uma tarefa fácil, visto que o locutor-escrevente não irá selecionar qualquer enunciado para compor a sua produção, é preciso ter em mente que o que está em jogo são os segmentos linguísticos que devem ser selecionados e apresentar sentido no texto.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise do corpus textual foi realizada por fragmentos de duas redações coletadas em sala de aula, onde discutimos como os estudantes utilizam de sua enunciação escrita para a construção de referência em seu texto.

A seguir analisamos trechos da redação do aluno A do 3º ano do Ensino Médio sobre o tema *O uso indiscriminado das tecnologias digitais*.

No filme “o dilema das redes” faz uma crítica ao tempo gasto navegando pelas redes sociais, relacionando-o diretamente com polarização presente no Brasil. Na trama retrata a vida de crianças que é adulterado pelas mídias e os perigos da coleta de dados. Ao sair da ficção sem desconsiderar o contexto cinematográfico nota-se que a problemática apresentada ainda percorre a atualidade: o combate ao uso indiscriminado das tecnologias digitais. **A partir desse contexto é válido analisar os impactos gerados pelas crianças nas redes sociais, bem como o entrave para esse combate ocorrer no Brasil contemporâneo.**

Com base nesse cenário nota-se que o uso descontrolado das mídias está cada dia aumentando. Na verdade, a ideia está associada os pais que não estão presentes na vida dos seus filhos, e acabam por

não se importar com eles. Nesse sentido percebe-se que a criança acaba não tendo um pilar paterno e materno e opta por se isolar cada dia mais ao espaço virtual tornando-se prejudicial a saúde. Assim da mesma maneira como no filme, que fez uma crítica ao tempo gasto navegado pelas mídias cerca de 22,3 milhões de crianças tem acesso a internet.

Além disso há vários perigos que percorre o meio tecnológico. De fato algum deles é encontros marcados com pessoas desconhecidos, minimizar o navegador quando os adultos estão por perto, apagar o histórico da internet, ver conteúdos inapropriados, praticam cyberbullying e entre outros problemas. Dessa forma, a exclusão gerada pelos pais e os riscos encontrados pelo mal uso do celular, sendo assim vários garotos passam por situações degradantes: briga dos pais, depressão, ansiedade e até mesmo deixando de frequentar a escola.

Portanto, ao entender que o uso indiscriminado das tecnologias digitais de informação por crianças está diretamente ligada aos pais, é tempo de combater esse grave problema. **Assim cabe ao poder executivo federal mais especificamente o ministério da educação aprimorar o problema tal ação deverá ocorrer por meio de projetos, com o intuito de ensinar o controle do uso de dados de aparelhos digitais através de aulas e palestras. Cabe aos pais estabelecer limites a fim de acabar com esse estorvo.** Afinal, como as crianças do “O dilema das redes” todas elas merecem conhecer o mundo de verdade.

Transcrição do texto escrito pelo aluno A.

No primeiro parágrafo, identificamos que o aluno A, ao tratar do tema “*O uso indiscriminado das tecnologias digitais*”, ele apresenta como repertório sociocultural uma contextualização do tema abordado fazendo menção ao filme “*o dilema das redes*”, para tratar dos impactos

negativos provocados nas crianças causados pelo uso exacerbado das tecnologias digitais. Isso evidencia, que no ato enunciativo do aluno, ele utilizou do plano semiótico da língua, a partir de signos linguísticos disponíveis ao repertório por ele elaborado para produzir sentido e criar referência junto ao seu interlocutor.

Logo, o aluno A, utiliza de posicionamentos argumentativos com o propósito de significar em sua escrita de forma inteligível para o seu enunciatário. Essa construção de sentido referida pelo aluno-escrevente é possível, segundo Benveniste (1989), por meio do domínio semiótico da língua, que existe quando é reconhecido como significante pelo conjunto dos membros de uma comunidade linguística e se realiza por uma configuração de oposição dos signos em uma cadeia sintagmática. No campo do semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo discurso.

Com isso, o texto do aluno considerado discurso é o resultado da apropriação da língua por um locutor que marca a sua posição de sujeito por um ato de singularidade para a construção de referência (Silva, 2018). Nesse parágrafo, embora presente como característica do tipo textual o uso da terceira pessoa, identificamos que a marca de pessoa (eu) não está explícita no texto, no entanto, isso não impede a compreensão de seu interlocutor (leitor). Visto que, como enfatiza Benveniste, “o ato de escrever não procede da fala pronunciada, da linguagem em ação, mas da linguagem interior, memorizada. A escrita é uma transposição da linguagem interior [...]” (Benveniste, 2014, p. 132). Conforme o linguista, para tornar essa linguagem inteligível é preciso que haja uma conversão da fala para a escrita.

Dessa forma, por meio da escrita é possível fazer uma abordagem objetiva acerca do uso indiscriminado das tecnologias digitais, que ele discute e apresenta possíveis soluções de intervenção para o problema no último parágrafo de seu texto: *Cabe aos pais estabelecer limites a fim de acabar com esse estorvo*. Essa discussão ao longo do texto foi possível, pois o aluno utilizou de unidades da língua não de forma

isolada, uma vez que [...] não é uma adição de signos que produz sentido, é, ao contrário, o sentido (o “intencionado”), concebido globalmente, que se realiza e se divide em “signos” particulares, que são as palavras (Benveniste, 1989, p. 65). Em segundo lugar está o semântico relacionado ao discurso que precisa ser compreendido, essas duas dimensões só é possível segundo Benveniste por meio da língua pelo processo de apropriação.

Em seguida, apresentamos a segunda análise, esta escrita pela aluna B, sobre o tema *As implicaturas das redes sociais nas relações interpessoais do indivíduo contemporâneo*.

A constituição federal de 1988, norma de maior hierarquia do sistema jurídico Brasileiro, assegura o bem-estar da população.

Entretanto quando se observa a deficiência de medidas sobre o tema **as implicações das redes sociais nas relações interpessoais do indivíduo contemporâneo**, verifica-se que esse preceito é constatado na teoria e não desejavelmente na prática. Dessa maneira, é evidente que a problemática se desenvolve não só devido à mídia, mas também à família.

“A pior cegueira é a mental que faz com que não conheçamos o que temos à frente”. **A afirmação atribuída ao escritor português José Saramago, representa facilmente o comportamento da sociedade diante das implicações das redes sociais nas relações interpessoais do indivíduo contemporâneo, já que a falta de reflexão do corpo social garante a invisibilidade desta problemática que permanece sem resolução.** Em decorrência disso, as redes sociais não só tem influências positivas, como interatividade e entretenimento entre as pessoas, mas também negativas, a exemplo de problemas psicológicos como ansiedade e depressão. Diante disso, é inadmissível que esse cenário nefasto continue a perdurar.

Ademais, é importante ressaltar a influência midiática como influente nesse cenário adverso. Nesse contexto a escritora Doamila Ribeiro explica que é preciso tirar uma situação da invisibilidade para que soluções sejam promovidas, mas há um silenciamento acerca das implicações das redes sociais nas relações interpessoais do indivíduo contemporâneo, pois pouco se fala do tema nas mídias de massa e nas instituições de ensino, gerando dessa forma desinformação na sociedade. Logo, é preciso reverter esse descaso.

Destarte, é evidente que as implicações das redes sociais nas relações interpessoais do indivíduo contemporâneo, configura-se como um problema que precisa ser resolvido. **Portanto, a mídia em conjunto com a família responsável pela forma socioeducacional dos indivíduos, deve criar medidas que na sociedade brasileira, configura-se como um problema que precisa ser resolvido. Portanto, o governo federal em conjunto com o ministério da educação – responsável pela administração do território nacional, deve criar medidas que controlem e reduzam por meio de aulas dinâmicas e interdisciplinares.**

Transcrição do texto escrito pela aluna B.

A partir dessa análise de reflexão enunciativa sobre a problemática das redes sociais, a aluna B, apresenta como fator de referência o uso descontrolado das redes sociais e como esse vício afeta as relações interpessoais, pondo em questionamento a execução de leis a esse favor. A essa prática de significar pela escrita a aluna constrói uma relação de intersubjetividade junto ao outro, o seu interlocutor, na enunciação.

Concordamos com Benveniste para discutir aqui sobre os instrumentos de realização da enunciação, que ocorre quando o locutor – sujeito “se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (Benveniste, 1989, p. 84). É na

apropriação desses mecanismos linguísticos que a discente produz uma perspectiva textual ao qual a tipologia textual submete.

Nesse contexto, percebemos como a escrita da estudante foi bem elaborada, sempre utilizando de aspectos formais da língua para significar, tornar o seu texto compreensível. Assim, Benveniste (2014), discute, que nosso pensamento está, em qualquer nível, constantemente informado pela escrita. Isso novamente nos faz associar essa relação íntima entre a enunciação escrita e a língua toda, desde a fala ao pensamento. Toda reflexão que temos sobre a língua primeiro refletimos a forma escrita no qual os signos linguísticos ganham forma e significado. Para isso compreendemos que “a passagem à escrita é uma reviravolta total, muito demorada para se realizar. O locutor deve se desprender dessa representação da língua falada enquanto exteriorização e comunicação” (Benveniste, 2014, p. 130).

Por conseguinte, convém discutir a proposta de intervenção no último parágrafo. Para isso, a discente propõe como alternativas que, “Portanto, a mídia em conjunto com a família responsável pela forma socioeducacional dos indivíduos, deve criar medidas[...]”. Além disso, também sugere que o governo federal em conjunto com o ministério da educação crie medidas para solucionar o problema. Nessa passagem fica ainda mais evidente conforme destaca Flores (2013), seguindo o pensamento de Benveniste, que na escrita, locutor e alocutário passam a ser considerados como o autor e o leitor e que o tempo de realização da escrita supõe o tempo da leitura. O linguista explica como a língua tem a capacidade de representar o próprio discurso através da escrita. Para essa condição de diálogo constitutiva de pessoa, Benveniste (1991) defende, que “Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Assim compreende-se que a aluna ao se apropriar dos recursos linguísticos de sua língua para dissertar, ela implanta dentro de si o seu alocutário, ou seja, no leitor de seu texto.

Contudo, a redação foi desenvolvida seguindo uma linearidade dos fatos de forma subjetiva, pensando no leitor como o seu interlocutor

em um momento posterior à escrita. A escola promove essa prática de modo que desenvolve no aluno essa possibilidade de construir o seu discurso também por meio da escrita. “A expressão escrita pode também ser entendida como um modo de interação entre falante e ouvinte, em uma relação intersubjetiva construída no processo de enunciação. A linguagem - fala e escrita – é vista como um trabalho do sujeito com a língua” (Endruweit, 2006, p. 94). Dessa forma, percebemos que o aluno-escrevente ao se apropriar de sua língua para referir ele evoca o outro o seu leitor para correferir pelo seu discurso e com isso constroem-se cadeias de significação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo apresentamos uma breve análise da enunciação escrita em redações escolares com o propósito de discutir como os estudantes podem utilizar de sua subjetividade na enunciação escrita para a construção de referência. Compreendemos que os textos escritos construídos pelos discentes é o resultado da dupla significância da língua, que a língua pode oferecer, assemelhando-se segundo Benveniste (2014), a uma imagem cada vez mais formal da língua. Dessa forma, a língua é reconhecida como um organismo significante capaz de interpretar outros sistemas, inclusive a si mesma, a língua semiotiza a si mesma por meio da escrita.

A construção da referência no texto escrito é desenvolvida por meio da organização da língua-discurso, a partir de signos linguísticos organizados de forma linear, cada termo representando um valor na cadeia semiótica da língua para a construção de referência. A referência no texto escrito corresponde ao sentido que ele representa no processo de interação entre o autor do texto e o leitor que irá interpretar o conteúdo discutido.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. 6ª ed., Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1991.

_____. **Problemas de linguística geral II**. 2ª ed., Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989. BENVENISTE, E.

_____. **Últimas aulas no Collège de France** (1968 e 1969). 1ª ed., Trad. Daniel Costa da Silva et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

FLORES, V. N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1ª ed., São Paulo: Parábola, 2013.

SILVA, C. L. da Costa. **O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem**. D.E.L.T.A., Porto Alegre: UFRGS, 2018, 34.1, (419-433). Programa de Pós-Graduação em Letras. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-44501108954472384>>. Acesso em: 23 out. 2023.

CAPÍTULO 3

PRODUÇÕES TEXTUAIS DISSERTATIVA- ARGUMENTATIVAS NO ENSINO MÉDIO: um estudo de caso

SANTOS, Norma Cristina Ribeiro Santos⁸

BORBA, Valquíria Claudete Machado⁹

INTRODUÇÃO

O aprendizado da língua portuguesa escrita formal é complexo, tem duração média de doze anos, considerando os nove anos do ensino fundamental e os três anos do ensino médio, e outros tantos anos de investimento pessoal, dependendo das escolhas profissionais de cada indivíduo. E, apesar do longo investimento no ensino-aprendizagem da língua portuguesa na escola, os professores de português compartilham da preocupação com o desempenho dos estudantes em suas produções textuais escritas; evidências apontam para a existência de “lacunas” de competências, demonstradas pelas dificuldades dos jovens na recepção, sistematização e produção de textos, pela precariedade dos textos produzidos considerando os aspectos relacionados à coerência e coesão; pelo desconhecimento ou incapacidade de produzir as diversas tipologias textuais, em especial, dos textos dissertativo-argumentativos, segundo os resultados de desempenho obtidos anualmente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Nesse contexto, surgem diversas questões associadas ao processo ensino-aprendizagem das produções textuais escritas e, com

8 UNEB\PPGEL. norma_ncrs@hotmail.com

9 UNEB\PPGEL. Valmborba_hotmail.com

base nesses questionamentos, propusemos uma pesquisa exploratória, desenvolvida a partir de um processo investigativo sobre o desempenho de estudantes do 3º ano do Ensino Médio, de uma escola pública da Rede Estadual de Ensino de Salvador, Bahia, no ano de 2019. Nosso objetivo geral foi o mapeamento das lacunas de competências nas redações. Como objetivos específicos: avaliar o desempenho dos estudantes do 3º ano do ensino médio, em uma produção textual escrita do ano corrente, utilizando como critérios de correção os mesmos critérios definidos pelo Enem; confrontar a aderência do livro didático de língua portuguesa adotado na turma com os conhecimentos requeridos para a prática da produção textual; mapear dados do perfil socioeconômico da turma e identificar possíveis correlações entre esse perfil e o desempenho nas produções textuais;

O procedimento utilizado na coleta de informações foi o estudo de caso, utilizando uma amostra da produção textual dissertativa-argumentativa dos alunos, a análise da aderência do livro didático de Língua Portuguesa utilizado pelos alunos com os conteúdos necessários à prática textual escolhida e respostas a um questionário de diagnóstico de perfil aplicado à turma, similar ao questionário socioeconômico do Enem.

A escola escolhida para a nossa pesquisa foi uma escola da Rede Pública estadual de Salvador, que possui 600 alunos no Ensino Médio e 281 alunos no Ensino Fundamental, nas séries finais. Como sujeitos da pesquisa, trabalhamos em uma turma de 3º ano do ensino médio matutino, com 28 alunos com frequência regular, com idades entre 18 e 23 anos, em sua maioria moradores da comunidade local, nas proximidades da escola. Todos os alunos pesquisados não têm emprego formal e tem renda familiar média entre 1 e 2 salários mínimos.

Para avaliação textual escolhemos a primeira produção textual da turma, uma redação sobre o tema: Direitos e deveres do cidadão no Brasil contemporâneo – proposto pela Secretaria de Educação dentro do projeto Redijaê – um projeto criado para dar suporte e preparação para

o Enem. Também analisamos o livro didático do PNLD 2015/2016/2017, adquirido pela escola em 3 volumes, sendo utilizado nas turmas de 3º ano o volume 3 e, por último, aplicamos um questionário de perfil socioeconômico, desenvolvido para o estudo proposto.

Optamos por utilizar as diretrizes e critérios do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para definir parâmetros para medição da proficiência nas produções textuais, em função da importância atribuída a esse exame, desde a sua criação em 1988 até os dias atuais - é o maior exame do Brasil e o segundo maior do mundo, atrás somente do “Gǎokǎo”, o exame de admissão do ensino superior da República Popular da China – e, nos alinhamos ao seu filtro de prioridade para avaliação das redações, indicando que o domínio de competências e habilidades para a produção da tipologia dissertativa-argumentativa são relevantes para a continuidade da formação acadêmica pelo acesso ao ensino superior e, em muitos casos, ao mercado de trabalho.

1 AVALIAÇÃO DAS PRODUÇÕES TEXTUAIS SEGUNDO OS CRITÉRIOS DO ENEM

As Matrizes, Competências e Habilidades são norteadores no processo ensino- aprendizagem da Língua Portuguesa, especialmente no campo das produções textuais escritas. O adequado diagnóstico das lacunas apresentadas nesses campos de atuação permite aos professores o desenvolvimento de estratégias metodológicas para a melhoria do desempenho dos estudantes. Importante ressaltar que o Enem, enquanto exame de larga escala, não aprofunda o diagnóstico de perfil individual dos estudantes, atendendo apenas à expectativa de consolidação e divulgação de indicadores gerais de desempenho.

Anualmente, na Cartilha do Participante, a prova de redação exige a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou

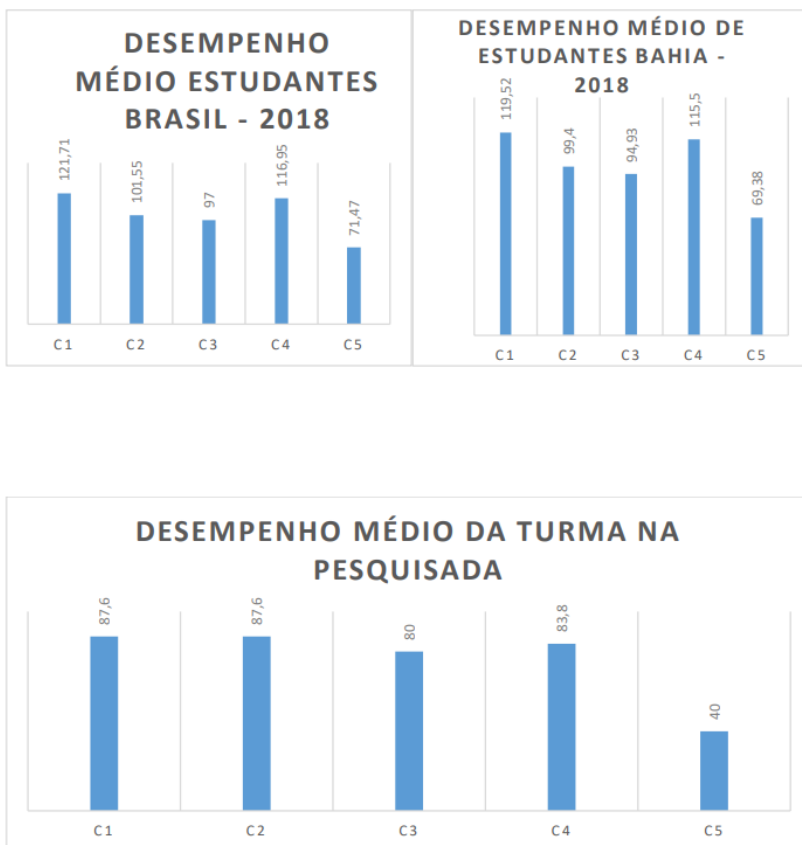
política. Além disso, os aspectos a serem avaliados se relacionam às “competências” que devem ter sido desenvolvidas ao longo dos anos de escolaridade. Em síntese, é possível definir o esquema da redação proposto pelo Enem assim: tema, tese, argumentos e proposta de intervenção. Os critérios de avaliação do desempenho são definidos na Matriz de Referência – que apresenta o detalhamento das cinco competências a serem avaliadas na redação, explicitando os critérios de avaliação - demonstradas na tabela a seguir:

Quadro 5 – Competências – Manual de Redação do Enem 2017

COMPETÊNCIAS	CRITÉRIOS
Competência 1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
Competência 2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
Competência 3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
Competência 4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
Competência 5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Fonte: Manual de redação do Enem (2017. p.8)

A partir das avaliações feitas e dados coletados, pudemos estabelecer uma relação de desempenho, através de gráficos comparativos para a turma pesquisada, conforme segue:



Podemos afirmar que o desempenho médio da turma é inferior ao do Brasil e da Bahia, em todas as competências. Entretanto, há similaridade entre os 3 contextos quando se trata a proficiência nas competências C3 e C5, que apresentam os menores níveis.

Fonte: pela autora

2 O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA UTILIZADO PELA TURMA PESQUISADA

Registramos os aspectos que consideramos mais relevantes, na avaliação da aderência do livro didático utilizado na turma, que nos permite afirmar que em relação ao conteúdo produções textuais dissertativa-argumentativas, não o escolheríamos como livro didático padrão: a distribuição dos conteúdos em cinco unidades não corresponde à atual divisão de unidades letivas; dessa forma, os professores precisam reestruturar os conteúdos de modo a prover um adequado planejamento das aulas para o formato vigente de três unidades; o mesmo livro é utilizado para as disciplinas Português e Redação; especialmente para a disciplina Redação, mas consideramos o conteúdo oferecido superficial e incompleto, com isso, os professores de redação precisam produzir e distribuir materiais de apoio complementares (resumos, apostilas e textos); esse trabalho adicional inviabiliza a otimização de tempo e de recursos (humanos e materiais) e cria uma demanda adicional de impressão que, frequentemente, não pode ser suprida pela escola (falta papel, falta toner, recursos humanos na secretaria etc.); apesar de ser o mesmo livro para as duas disciplinas, nem sempre o mesmo professor ministra os conteúdos; na turma pesquisada são professores diferentes. Os professores tentam interagir nos fóruns das Atividades Complementares (AC) para conciliar os Planos de Ensino, ainda assim, não é possível garantir o sincronismo nas abordagens dos conteúdos do livro; consideramos que para a disciplina Redação o conteúdo do livro é insuficiente (apenas 13 de 384 páginas – 3,38%) não apenas para o professor, mas, também para os alunos existem muitas lacunas; o livro concentra na última unidade os conteúdos necessários à produção de textos dissertativo-argumentativos, tratando superficialmente aspectos imprescindíveis sobre o tema, principalmente para os alunos que pretendem fazer o Enem (estrutura do texto dissertativo-argumentativo, critérios de desempenho, temas prováveis, modelos de redação de mil

pontos etc.). Para suprir a deficiência do livro o professor recomenda as consultas ao site do MEC, mas nem todos os estudantes tem acesso à internet; mais uma vez, a alternativa é a utilização do material didático complementar.

Assim, o livro didático analisado, em nossa percepção, não possui aderência suficiente ao conteúdo definido no Plano de Ensino que estruturamos para o ano letivo (3 unidades) da turma: revisão de tipos e gêneros textuais; a estrutura do texto dissertativo-argumentativo (a composição do discurso); tema, tese, argumento, proposta de intervenção; visão geral do Enem; as cinco competências exigidas na redação do Enem; revisão de gramática (classes gramaticais, concordância, regência nominal e verbal, crase, pontuação); elementos de textualidade (coerência, concisão, contexto e coesão); compreensão e interpretação de textos escolhidos sobre temas da atualidade.

3 ASPECTOS SOCIAIS E PRODUÇÕES ESCRITAS

Como referência para a pesquisa de perfil socioeconômico buscamos o Questionário socioeconômico do Enem, aplicado aos participantes no momento da inscrição na prova, e ele foi utilizado como base para a criação de um Questionário de diagnóstico de perfil específico para o estudo de caso.

Utilizamos um questionário de diagnóstico de perfil com quarenta e quatro perguntas, distribuídas em três seções: você e sua família, você e o trabalho, você e os estudos. Deixamos também um espaço livre para comentários dos estudantes em relação ao ensino/aprendizagem dos textos dissertativo-argumentativos. Apresentaremos uma síntese da consolidação das respostas, de 25 alunos (dos 28 da turma) que se dispuseram a responder o questionário, apresentando a resposta que obteve o maior percentual de escolha pelos respondentes.

Após mapear dados do perfil socioeconômico da turma, para identificar possíveis correlações entre esse perfil e o desempenho nas produções textuais selecionamos seis perguntas, das quarenta e quatro aplicadas, para fazer a consolidação do perfil. As perguntas foram escolhidas em função de algumas hipóteses que permeiam o cotidiano dos professores de redação: alunos que têm melhor condição econômica tem melhor desempenho nas redações; alunos que têm computador em casa têm maior facilidade em fazer pesquisas e acessar sites para dar continuidade aos estudos de classe; alunos que têm o hábito de ler periódicos, têm maior facilidade em falar sobre temas da atualidade; a leitura de romances cria um contexto favorável ao “ter o que dizer” na construção do texto dissertativo – argumentativo.

A análise da correlação entre o desempenho e alguns aspectos socioeconômicos mostrou que não é possível, pela amostra pesquisada, afirmar que as condições socioeconômicas são fatores determinantes para o desempenho nas produções textuais dissertativa-argumentativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado das análises, verificamos que: o desempenho do grupo pesquisado em 2020, apesar de sofrível, não difere muito do desempenho global dos estudantes brasileiros e baianos em 2018 (conforme dados estatísticos disponíveis nos bancos de dados do Enem); a análise do perfil socioeconômico da turma não permitiu estabelecer correlações diretas entre o desempenho nas produções textuais e aspectos socioeconômicos e o livro didático utilizado na turma não ofereceu o necessário suporte pedagógico para o docente e estudantes da disciplina Redação.

Além disso, as redações demonstraram um *déficit* de conhecimentos da Educação Básica, cristalizados nos primeiros anos do Ensino Médio, o que nos fez considerar que pela sua complexidade, a produção

de textos demanda a construção de sentidos e exige conhecimentos diversos e esse aprendizado deve se dar ao longo da vida escolar e não no último ano do Ensino Médio e não no último ano, às vésperas do Enem; há necessidade de repensar o modelo e a contribuição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na formação e desenvolvimento dos estudantes.

A pesquisa suscitou muitas reflexões e, certamente, motivará estudos posteriores sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ENEM 2018 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 de agosto de 2019.

ENEM 2018 – Exame Nacional do Ensino Médio. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf>. Acesso em: 18 agosto de 2019.

MICRODADOS - Exame Nacional do Ensino Médio. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://inep.gov.br/microdados>>. Acesso em: 25 nov. 2019

SINOPSE ESTATÍSTICA - Exame Nacional do Ensino Médio. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-do-enem>>. Acesso em: 25 nov. 2019

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social** / Magda Soares.- 18. ed. – São Paulo: Contexto, 2017.

CAPÍTULO 4

A DESORDEM DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE DISCURSIVIZAÇÃO SOBRE COTAS ACADÊMICAS: analisando informações que (ir)rompem a verdade

COLLING, Izabel L. S.¹⁰

DIEGUEZ, Tiago¹¹

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico no campo das mídias digitais tem possibilitado o desenvolvimento de múltiplos circuitos de criação e circulação de informações, seja por atores tradicionalmente ligados à esfera jornalística, seja por indivíduos ou instituições que publicam nas redes sociais. Nesse cenário, questões como factibilidade, veracidade, falsidade e manipulação de dados têm se destacado como problemas sociais, especialmente em razão das chamadas *fake news* ou do fenômeno intitulado desordem da informação¹².

10 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras – Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista CAPES I. iz4c0lling@gmail.com

11 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Letras - Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista CAPES I. ruasdieguez@gmail.com

12 Em razão de certa imprecisão do termo *fake news*, tem se preferido, muitas vezes, utilizar as expressões desordem da informação ou desordem informacional (Wardle; Derakhshan, 2019), fenômeno que engloba a má-informação, aquela baseada em fatos, mas usada com o objetivo de causar danos; a informação incorreta ou falsa, em que o caráter inverídico é desconhecido pelo agente criador; e, finalmente, a desinformação, uma informação incorreta ou falsa

Neste trabalho, buscamos analisar, pelo viés da Análise do Discurso materialista (AD), o fenômeno da desordem informacional e a discursivização sobre supostas mudanças curriculares no curso de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A informação, noticiada inicialmente por um veículo da imprensa, repercutiu em *sites* institucionais, canais do *YouTube* e outras redes sociais, trazendo à tona um debate, em tom polêmico, sobre a educação superior e o sistema de cotas universitárias. Tomamos como ponto central de nossa análise um vídeo produzido por Leandro Ruschel, influenciador digital cujo canal no *YouTube* tem cerca de 280 mil inscritos.

Buscaremos descrever como se organiza a discursividade no vídeo e como se constrói um efeito de verdade através da inscrição do enunciador em determinadas formações ideológico-discursivas, ou seja, sua identificação com formas-sujeitos vinculadas a saberes e ideologias localizadas social e historicamente. Analisaremos, ainda, as estratégias discursivas que concorrem, no vídeo, para a construção de uma posição-sujeito com a qual a audiência, majoritariamente, se identifica.

Esperamos que esta análise, realizada pelo prisma dos estudos discursivos e com foco nos efeitos de sentido construídos pelos sujeitos, possa contribuir para a compreensão do fenômeno que, na esfera dos estudos da comunicação, se convencionou chamar *fake news* ou, ainda, desordem informacional.

divulgada por agentes que têm consciência de sua não veracidade e apresentam intenção danosa.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Adotamos como material de partida para composição de nosso corpus o vídeo produzido por Leandro Ruschel no YouTube, em 24/4/23. Nele, o influenciador alega que a UFRJ modificará o currículo do curso de Engenharia para facilitar a avaliação e a aprovação de alunos cotistas. Ademais, com a finalidade de contrapor as informações apresentadas no vídeo com as publicadas por outros veículos, apresentamos brevemente (devido ao pouco espaço deste artigo) as matérias jornalísticas e os informativos em que a notícia também foi tratada:

13/4/2023	Jornal <i>O Dia</i> – Título da matéria: <i>Politécnica da UFRJ aproveita reforma curricular para mirar evasão de negros.</i>
14/4/2023	Site do Senge RJ (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro); Site da Fisenge (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros) Título de ambas as matérias: <i>Escola Politécnica da UFRJ vai mexer no curso de Cálculo para reduzir taxas de reprovação.</i>
6/5/2023	Jornal <i>Gazeta do Povo</i> – Título da matéria: <i>UFRJ vai mudar currículo de cálculo para tentar evitar evasão de cotistas.</i>
2/6/2023	Entrevista do Crea-RJ (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) à Diretora da Escola Politécnica da UFRJ no YouTube. Título: <i>Crea RJ Entrevista com Cláudia Morgado</i>

Fonte: elaboração dos autores (2023)

2 SUJEITO, FORMAÇÃO DISCURSIVA, IDEOLOGIA: um breve panorama

Adentrando os conceitos da vertente teórica deste trabalho, abordamos, primeiramente, o conceito de sujeito. O sujeito é formado pelo e no discurso, através, inicialmente, do que Pêcheux (2014) denomina forma-sujeito, correspondente ao sujeito do saber de uma determinada formação discursiva, em que já se encontram estabelecidos, legitimados e instituídos certos conhecimentos e valores. Uma formação discursiva, como veremos a seguir, inclui-se numa formação ideológica mais ampla e, ainda, numa formação social que as abrange. As formações discursivas, segundo Pêcheux (2014), abrangem um domínio de saber específico, produzido, reproduzido e transformado socialmente por meio do discurso. A formação discursiva é compreendida como componente das formações ideológicas. A ideologia, portanto, não é uma, mas várias. As ideologias referem-se às formações sociais e são condição indispensável para a prática política. Elas são um conjunto de representações que permeiam os sujeitos e se relacionam com todo o complexo das formações sociais em um dado momento histórico, em uma dada conjuntura política.

Ao discorrer sobre a forma-sujeito e a interpelação, Pêcheux (2014) aponta para três modalidades discursivas de funcionamento subjetivo. Sobre a primeira (a do “bom sujeito”), denominada “identificação”, há uma superposição entre o sujeito da enunciação e o Sujeito pertencente a uma formação discursiva. Como analisa Grigoletto (2005, n. p.), essa modalidade de tomada de posição “[...] só acontece pelo viés da reprodução dos saberes que dominam a forma-sujeito [...]”. A segunda modalidade é compreendida como um processo de questionamento do sujeito no interior de uma formação discursiva, denominado “contraidentificação”. Já na terceira modalidade, a “desidentificação”, a interpelação ideológica funciona paradoxalmente contra si mesma, representando uma ruptura.

3 ANÁLISE DO DISCURSO NO VÍDEO DE LEANDRO RUSCHEL

Nesta seção de análise, separamos em dois grupos alguns trechos do discurso do vídeo, considerando a prevalência ora de estratégias focadas no ethos¹³, na construção da imagem de si e do auditório, ora estratégias em que se cria um tom polêmico e se lança mão do pathos¹⁴ a fim de caracterizar o outro e o diferente. A seguir, apresentamos alguns trechos desta sequência discursiva:

(1) Vou apresentar para você mais um exemplo de como essa ideologia identitária gera o processo de auto-destruição da sociedade.

(2) Eis mais um exemplo do ciclo de mediocridade produzido pela esquerda.

(3) Quando ocorre o esperado, que é a reprovação, o que a esquerda faz? Diminui o nível do curso.

(4) Quando pontes e prédios começarem a cair, vocês já sabem, né, qual será o culpado.

(5) Obviamente, não há interesse do governo de extrema esquerda promover essa mudança, pois professores universitários e seus alunos manipulados formam o cerne dessa militância ideológica e, assim, vamos rapidamente acelerar para o fundo do poço.

13 Conforme esclarecem Charaudeau e Maingueneau, o ethos discursivo é uma noção relacionada à imagem, à voz e ao corpo do orador perante o auditório, construídos na cena da enunciação. O ethos, de modo geral, concorre para a legitimação desse orador em uma posição social ou institucional relacionada a determinados saberes (Ethos, 2008).

14 O pathos discursivo, segundo Charaudeau e Maingueneau, é uma noção que ressalta os efeitos emocionais pretendidos pelo orador em relação a sua audiência, ou seja, expressa certas estratégias que visam tanto à adesão como à repulsa da audiência (Pathos, 2008).

(6) Injusto que a sociedade banque universidades públicas que viraram antros de formação de militância extremista”. (Universidade, 2023).

O trecho (1) dá início ao vídeo e nos fornece duas questões interessantes para a análise: a identificação de uma estratégia de aproximação com a audiência e a não revelação clara do ponto central da notícia, em que antecipa certo teor de gravidade social com a expressão “autodestruição da sociedade”. Vemos, assim, que o enunciador recorre imediatamente à emoção da audiência, ou seja, ao pathos, associando sentimentos de consternação e desidentificação com o teor da notícia que apresentará.

Do mesmo modo, nos trechos (2), (3), (4), (5) e (6), em negação aberta à valores associados ao termo “esquerda” e “extrema esquerda”, o enunciador recorre ao pathos da audiência, com previsões catastróficas culpabilizadas ao governo atual. Como estratégia discursiva, faz uso de expressões com forte carga negativa, como, por exemplo: “ciclo de mediocridade”, “reprovação”, “acelerar para o fundo do poço”, etc.

A seguir, exemplificamos alguns trechos da sequência discursiva que, de forma distinta dos anteriores, indicam-nos estratégias de construção de um ethos especialmente racional e objetivo, em que o enunciador também assume uma posição-sujeito vinculada a uma formação discursivo-ideológica conservadora e neoliberal:

(7) A Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro tornará a disciplina de cálculo mais fácil para diminuir o índice de reprovação especialmente alto entre alunos cotistas.

(8) A postura reforça o racismo ao tratar pessoas de forma diferente pela cor da sua pele ou por qualquer outra característica socioeconômica, e não pelo seu mérito, pela capacidade demonstrada ali nas provas.

(9) O ensino superior público deveria ser privatizado, com oferta de bolsas de estudo para aqueles que não podem pagar pela formação. (Universidade, 2023).

Em (7), introduz-se o tema principal. É crucial reconhecer, nesse trecho, que o discurso se articula à semelhança de gêneros da esfera jornalística, especialmente a notícia, com aproximações tanto no tema como no estilo e nas características composicionais (Bakhtin, 2003). Além disso, é importante observar como o enunciador refere-se ao acontecimento sem reportar a fonte, assumindo totalmente a responsabilidade pela informação.

Nesse ponto, começa-se a construir a figura de um enunciador cujo ethos é relacionado à objetividade, à concisão, à calma e à racionalidade. Vemos, assim, um discurso em que a posição-sujeito assumida está em identificação com a forma-sujeito de uma formação discursiva neoliberal, associada a valores como objetividade, concisão e efetividade, tal como também vemos em (8) e (9).

Concluindo a análise do vídeo, é importante perceber como se constrói o discurso polêmico através da forte oposição entre posturas que ora visam ao reforço do ethos racional, objetivo e analítico, momento em que o sujeito se constrói totalmente vinculado às formações discursivas conservadora e neoliberal, ora buscam o apelo ao pathos da audiência, normalmente com expressões de apelo e de impacto, ocasião em que o enfoque é o distanciamento em relação aos valores progressistas de esquerda. A alternância contínua entre o reforço ao ethos racional e o apelo ao pathos cria a linha argumentativa no vídeo e constrói figuras discursivas com valores extremamente antagônicos.

4 ANÁLISE DE COMENTÁRIOS AO VÍDEO DE LEANDRO RUSCHEL

Partimos, nesta seção, para a análise de dois comentários ao vídeo de Leandro Ruschel, a fim de apontar, brevemente, a dinâmica de eventual identificação dos sujeitos. A seguir, vemos um exemplo desses comentários selecionados:

Comentário 1: Deveriam entregar o diploma já de uma vez aos cotistas, logo antes de entrar na faculdade. Pelo menos assim não pegam vagas de pessoas mais capacitadas e que realmente mereciam estar ali e por outro lado facilitaria ainda mais a quantidade de cotistas formados. Eles querem apenas números e não eficiência, correto?

Comentário 2: Pqp ! Se assim já cai prédio, imagina a geração mi mi mi construindo alguma coisa !! (Universidade, 2023)

No comentário 1, os alunos cotistas são comparados com “pessoas mais capacitadas”. Tanto o discurso apresentado nos exemplos acima como o discurso proferido no vídeo, constroem-se a partir dos valores da aptidão e da meritocracia. As posições-sujeito assumidas, assim, atualizam a identificação com a forma-sujeito de viés partidário de direita.

À guisa de conclusão, nesta dinâmica de análise dos comentários publicados, nota-se que a quantidade de comentários ao vídeo de Ruschel no *YouTube*¹⁵ vinculadas à identificação com a forma-sujeito político-partidária de direita, nesse espaço midiático, inscrevem-se majoritariamente em identificação com determinada forma-sujeito correspondente à formação discursiva presente no discurso do vídeo.

15 183 dos 185 comentários publicados até a data de 1º/8/2023.

CONCLUSÃO

Em nossa análise, percebemos como o discurso no vídeo de Leandro Ruschel se insere em redes de sentido através da vinculação a determinadas formações ideológico-discursivas. Vimos, também, como a alternância entre estratégias discursivas relacionadas ao ethos do enunciador e ao pathos da audiência fundamentam a legitimidade e a autoridade do sujeito que enuncia. Justamente essa legitimidade permite ao enunciador que as fontes originais da notícia sejam omitidas.

Parece-nos crucial ressaltar, ainda, que as informações apresentadas no vídeo não podem ser caracterizadas, *a priori*, como verdadeiras ou factíveis, uma vez que não temos a possibilidade de acessar a intencionalidade dos indivíduos responsáveis por elaborar as notícias. A questão da veracidade, assim, pode ser compreendida como efeitos de sentidos criados por estratégias argumentativas e pela vinculação dos sujeitos a memórias discursivas e redes de sentido de determinadas formações ideológico-discursivas

De um ponto de vista dos estudos do discurso, é fundamental levantar a questão de que a verdade se constrói nas práticas sociais e discursivas, sendo importante compreender que os atores, no circuito comunicacional, têm acesso a um regime de verdade já estabelecido e legitimado, regime esse que se constrói paralelamente a outros regimes de verdade, que também buscam a adesão dos sujeitos através da identificação ideológica e discursiva.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- CASTRO, Gabriel de Arruda. UFRJ vai mudar currículo de cálculo para tentar evitar evasão de cotistas. **Gazeta do Povo**, 6 maio 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ufrj-mudar-curriculo-calculo-evasao-cotistas>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- CREA RJ Entrevista com Cláudia Morgado. [s. l.: s. n.], 2 jun. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cr_uOsPzw-U. Acesso em: 29 jul. 2023.
- ETHOS. *In*: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2005, Porto Alegre. **Anais do II SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. n. p. Disponível em: https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead2_simposios.html. Acesso em: 2 ago. 2023.
- MACEDO, Aline. Politécnica da UFRJ aproveita reforma curricular para mirar evasão de negros. **O Dia**, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2023/04/6611803-politecnica-da-ufrj-aproveita-reforma-curricular-para-mirar-evasao-de-negros.html>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- PATHOS. *In*: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

SENGE-RJ. **Escola Politécnica da UFRJ vai mexer no curso de Cálculo para reduzir taxas de reprovação.** [s. l.], 14 abr. 2023. Disponível em: <https://www.sengerj.org.br/posts/escola-politecnica-da-ufrj-vai-mexer-no-curso-de-calculo-para-reduzir-taxas-de-reprovacao>. Acesso em: 29 jul. 2023.

UNIVERSIDADE deixará provas de engenharia mais fáceis para diminuir reprovação. Leandro Ruschel. [s. l.: s. n.], 24 abr. 2023. 1 vídeo (3 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IV7fMgWtlKw>. Acesso em: 24 jul. 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Reflexões sobre a “desordem da informação”: formatos da informação incorreta, desinformação e má-informação. *In*: IRETON, Cherilyn; POSETTI, Julie (org.). **Jornalismo, Fake News e Desinformação: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo.** [s. l.]: UNESCO, 2019. p. 46-58. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CAPÍTULO 5

“EU NÃO SEI FALAR”: letrando e superando silenciamentos no quilombo candeal

PEREIRA, Daiane da Fonseca¹⁶

INTRODUÇÃO

A Comunidade Quilombola Fazenda Candeal II, situada na zona rural de Feira de Santana, Bahia, tem como uma de suas características ser extremamente matriarcal. As mulheres se destacam não apenas como chefas de famílias, mas como lideranças comunitárias, promotoras das atividades culturais e detentoras de saberes ancestrais. Contudo, até um passado recente, não ouvíamos as vozes destas mulheres nos espaços públicos e coletivos dentro ou fora da comunidade.

Observar esse contexto das mulheres me levou a analisar como práticas de letramento racial que ocorrem na Comunidade tem contribuído para superar silenciamentos que foram impostos sócio-historicamente. Por meio de uma observação participante, analiso neste artigo duas Rodas de Conversas realizadas durante a *VI Semana da Igualdade Racial*, evento que acontece anualmente na comunidade. A sexta edição aconteceu entre os dias 24 e 28 de agosto de 2022 e discutiu o tema *Defesa do território Quilombola*. Para fins deste estudo, as Rodas analisadas são: Roda de Conversa de abertura que debateu a *Participação popular: direito de quem?* Opto por este momento pois foi a primeira vez na história do evento em que os debatedores eram exclusivamente membros da comunidade; a segunda Roda de Conversa debateu o filme *Narradores de Javé*¹⁷.

16 Universidade Federal de São Carlos - UFScar. dfpereira04@gmail.com

17 O filme *Narradores de Javé* foi dirigido por Eliane Caffé e lançado em 2003.

À luz da teoria do letramento racial questiono como as práticas desenvolvidas ao longo dos eventos formativos têm contribuído para “devolver a voz” para estas pessoas que ainda hoje precisam lidar com o silenciamento imposto por uma estrutura social que é racista.

1 LETRAMENTOS

Os Novos Estudos sobre Letramento (*New Literacy Studies*– NLS)¹⁸ apresentou uma abordagem sobre os Letramentos em que se enfatiza a mutabilidade destes, uma vez que são atravessados pelo tempo, espaço e relações de poder. É neste ensejo que Jay L. Lemke (2010) afirma que “Letramentos são legiões” e são interdependentes. Trata-se de um conjunto de práticas sociais que interligam pessoas, objetos e a nossa forma de significar o mundo à nossa volta (Lemke, 2010, p. 455).

Para Brian Street (2013), o reconhecimento da multiplicidade dos letramentos proposto pelo NLS foi um passo importante, mas destaca que precisamos problematizar “[...] o que conta como letramento em dado tempo e lugar e questionando “de quem” são os letramentos dominantes e “de quem” são os letramentos marginalizados ou que resistem” (Street, 2013, p. 53).

É pelo viés da problematização dos letramentos que abordo os estudos sobre o Letramento Racial – LR que propõe mobilizar estratégias para que as pessoas, independente do grupo racial, compreendam a estrutura social e a si mesmas enquanto racializadas. Para France W. Twine (2004, p. 881), o LR diz respeito aos “[...] processos sociais micro-culturais em que as hierarquias raciais são negociadas”. Trata-se de

18 “O entendimento dos letramentos enquanto prática social remonta aos anos 1980. Mas foi a década seguinte que nos apresentou uma nova tradição no estudo da natureza dos letramentos, indo além da aquisição de habilidades, com o *New Literacy Studies* (Novos Estudos sobre Letramento/NLS). A partir do NLS, as diferentes maneiras de usar a linguagem passaram a ser consideradas dentro de diferentes tipos de práticas socioculturais” (Pereira, 2022).

um conjunto de práticas voltadas para como o indivíduo percebe e responde às tensões e estruturas raciais.

France W. Twine e Amy Steinbugler (2006) sinalizam que o LR se faz presente quando há:

[...] 1) um reconhecimento do valor simbólico e material da Brancura; 2) a definição de o racismo como um problema social atual e não como um legado histórico; 3) um entendimento que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; 4) a posse de gramática racial e um vocabulário que facilite uma discussão sobre raça, racismo e antirracismo; 5) a capacidade de traduzir e interpretar códigos raciais e práticas racializadas e 6) uma análise das formas como o racismo é mediado pelas desigualdades de classe, gênero hierarquias, e heteronormatividade (Twine; Steinbugler, 2006, p. 344).

Partindo deste entendimento das práticas de LR, fica evidente a necessidade de tomada de voz por parte das pessoas pretas. Mas como se sabe, as minorias sociais foram ensinadas que ‘não tem o que dizer’, ‘que não sabem o que dizer’, que seus conhecimentos não possuem valor. Esse tipo de discurso resulta em silenciamentos, com vozes sendo suprimidas e suas contribuições negadas. Por isso, o silenciar pode levar a sentimentos de impotência, baixa autoestima e exclusão social e sua superação é um processo desafiador que, não raro, pode ser doloroso uma vez que o direito à voz ainda não é uma realidade compartilhada por todos os grupos sociais.

Assim, pode-se começar com os ensinamentos de hooks:

Reconhecer que através da língua nós tocamos uns nos outros parece particularmente difícil numa sociedade que gostaria de nos fazer crer que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente

é marca de inferioridade; pois, dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, as ideias são sempre mais importantes que a língua. Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade. [...] Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua. (hooks, 2017, p. 233).

2 SILENCIAMENTOS

A utilização da língua como instrumento de dominação é uma realidade que acompanha a história das sociedades humanas e que deixa marcas profundas no processo de subjetivação de pessoas integrantes de grupos minoritários, como os povos Quilombolas, afinal através da linguagem é possível influenciar e controlar as percepções, as narrativas e as relações de poder.

Além disso, o poder da linguagem também está presente nas estruturas sociais e nas relações de poder cotidianas. É através de discursos que se perpetuam estereótipos e preconceitos que efetivam a discriminação como uma forma de dominação que restringe a liberdade e o poder de certos grupos. Compreender essa estrutura de poder é também entender o poder subversivo inerente à linguagem, que vem sendo utilizada no Candeal como uma ferramenta de empoderamento e resistência, permitindo aos sujeitos as ferramentas necessárias para “erguer a voz”, como diria bell hooks. O combate ao silenciamento ao qual fomos submetidos tem sido possível por meio da promoção da educação não-formal nas atividades realizadas pelas Associações locais de moradores e cultural.

Ao combater o silenciamento e promover a educação não-formal, as comunidades podem desafiar as estruturas de poder existentes, reafirmando suas identidades, história e sabedoria. Essas ações contribuem para a construção de sociedades mais justas, equitativas e inclusivas, onde todos tenham o direito de serem ouvidos e de participar plenamente na construção do seu próprio destino.

É comum nas falas de pessoas menos escolarizadas em debates públicos, informar que “não sabe falar”, ou que “não sou estudada/estudado” antes de emitir sua opinião. Mas não esqueçamos o ensinamento de Foucault (2011): “[...] é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem” (p. 06), “[...] afinal no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo” (p. 05).

3 ERGUENDO A VOZ

Conforme dito anteriormente, analiso neste artigo duas Rodas de Conversas realizadas na VI Semana da Igualdade Racial do Candeal. Este evento anual tem um cunho formativo e surgiu da percepção das lideranças locais que era preciso investir na educação para as relações étnico-raciais.

Ao longo dos anos, atividades voltadas para a promoção do entendimento de que somos pessoas racializadas e que nossa subjetividade é determinada pela racialização tem levado a grandes transformações no Quilombo Candeal. O acesso de um grande número de jovens ao Ensino Superior; a participação ativa dos mais velhos em parceria com os mais jovens e crianças; a efetivação do protagonismo feminino, dentre outros fatores, são exemplos desta transformação. Se entender e/ou aceitar como pessoas pretas, Quilombolas, rurais e racializadas tem proporcionado um novo estágio nas práticas de LR organizadas na comunidade. Se antes contávamos com o apoio de

diversos parceiros para prover debates internamente, hoje é notória a autonomia que foi destaque na Semana da Igualdade de 2022.

Ainda não havíamos experimentado um debate promovido exclusivamente por homens e mulheres do Quilombo Candéal, mesmo sempre tendo pessoas da comunidade em posição de protagonismo em toda e qualquer atividade formativa promovida na comunidade. Ao propor a Roda de Conversa de abertura do nosso evento mais importante, queríamos evidenciar para os nossos o quanto eles e elas são capazes de produzir e compartilhar conhecimentos a partir de suas experiências.

A Roda de Conversa *Participação popular: direito de quem?* contou com a mediação de representantes de grupos diversos: Igreja católica, Igreja evangélica, associação de moradores, estudante do Ensino Superior e liderança local. Essa pluralidade de vozes reflete um esforço para superar imagens estereotipadas do ser/estar Quilombo. Como assinala Beatriz Nascimento, “É preciso a imagem para recuperar a identidade. Tem-se que, tornar-se visível. Porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro, e em cada um, o reflexo de todos os corpos (2022, p. 33).

Ao longo das falas realizadas, independentemente do participante, foi frequente as seguintes expressões: “eu não sei falar”, “eu não sou estudada”, “tenho vergonha”, “se eu falar besteira, não liga”. É interessante observar que no início do século XX W.E.B Du Bois chamava atenção para a relação do preconceito com a autodepreciação.

Mas ao encarar tamanho preconceito, seria impossível não surgir o inevitável autoquestionamento, auto-depreciação e a desvalorização de ideias que sempre acompanham a repressão e criam uma atmosfera de desprezo e ódio. Os sussurros e os maus agouros se espalham os quatro ventos: “Vejam, estamos doentes e moribundos”, clamavam as hostes negras; “não sabemos escrever, nossos votos não mudam nada; para que pre-

cisamos de educação se nossa obrigação se resume a cozinhar e servir?” (2021, p. 29).

Apesar dessas expressões que desmerecem o conteúdo de suas falas, destaco os pontos reforçados por estas pessoas que efetivamente sabiam sobre o que estavam falando:

Participante 1: repetiu várias vezes que “a comunidade é quilombola, mas a escola ainda não é”

Participante 2: “Movimentos sociais são importantes para transformar a sociedade”; “participação social é um direito de todos”

Participante 3: “precisamos de união para lutar”; “nosso legado ninguém tira de nós, no passado não sabíamos dos direitos que a gente tinha”

Participante 4: “igreja tem que rezar, mas tem que lutar, oração com ação, tem que orientar o fiel para lutar por justiça”

Se considerarmos a fala de bell hooks sobre a necessidade dos povos marginalizados e oprimidos de curar a cisão entre corpo e mente, o caminho para a cura perpassa pelo apelo em favor do reconhecimento e da celebração de vozes diversificadas. Por isso, hooks propõe que

[...] possamos aprender não só com os espaços de fala, mas também com os espaços de silêncio; que, no ato de ouvir pacientemente outra língua, possamos subverter a cultura do frenesi e do consumo capitalistas que exigem que todos os desejos sejam satisfeitos imediatamente [...]. (2017, p. 232).

Falar e ouvir tem proporcionado às pessoas do Quilombo Candeal práticas de LR que podem ser ilustradas por estas citações acima. Fica evidente o entendimento que ser Quilombola não basta, temos que

lutar por uma escola que promova a Educação Escolar Quilombola, que reflita a cultura e história da comunidade. A compreensão que o comunitarismo, que remete a nossa ancestralidade, é uma ferramenta para nos organizarmos enquanto movimento social, para lutarmos pelos direitos de todos, também está posta.

Apesar de ainda se valerem de expressões que remetem a um período em que o direito à voz era sequer cogitado pelas pessoas do Quilombo Candéal, que mal tinham acesso a escola, é perceptível que há um processo de tomada de voz. A lutar para ter voz, para ser ouvido, para que ouçam nossas narrativas é indispensável para validar nossas descrições de nós mesmos, para que possamos controlar e definir as imagens que são construídas como reflexos de nossas realidades.

Quanto à segunda Roda de conversa, o debate foi sobre o filme *Narradores de Javé* que conta a história de um povo que habitava o Vilarejo de Javé, no interior da Bahia. Trata-se de um povo humilde que estava lutando para não perder sua terra, que seria tomada para a criação de uma hidrelétrica. Diante de tal situação catastrófica, o povo decidiu criar um “documento científico”, através do qual mostrariam a importância daquela terra como um patrimônio, que não podia ser destruído. No vilarejo, apenas uma pessoa sabia ler e escrever, sendo os demais analfabetos. Dessa maneira, as pessoas daquele vilarejo eram vistas como aculturadas, pois não sabiam ler ou escrever e suas histórias e cultura eram passadas através da oralidade, sem registros concretos.

Ao longo das falas realizadas na Roda de conversa após exibição do filme demonstrou o incômodo das pessoas presentes com as falas do dia anterior em que sempre remetiam ao “não sei falar”. A percepção do grupo evidencia o quanto não aceitam mais o lugar de silenciamento e questiona seus pares sobre frases autodepreciativas.

Participante 1: “o povo daquele Vale de Javé, digamos que aqui é o Vale de Javé, e aquele povo acreditava que o que tinha valor, o que era científico só era a escrita de

uma pessoa que sabe né, como sempre alguém aqui fala que “eu não sei falar bonito”, né? Sempre tem umas pessoas aqui que dizem que “eu não sei falar bonito”, ah porque você é estudada, eu não estou muito estudada. Eles não acreditavam neles mesmo. No tanto e na importância do valor deles e da oralidade, porque eles não tinham ... não tinha a oportunidade, não é?

Há um reconhecimento da importância da diversidade e da valorização da multiplicidade de perspectivas e conhecimentos. As falas dos participantes giraram em torno do fato de todas as pessoas, independentemente de sua raça, gênero, orientação sexual ou outra característica, têm algo valioso a dizer e contribuir. Afinal, a inclusão e a valorização das vozes das minorias sociais são essenciais para construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

É perceptível que o combate ao silenciamento tem sido possível por meio da promoção da educação não-formal e que, mesmo iniciando suas falas afirmando que “eu não sei falar”, cada vez mais se ouve as vozes do/no Quilombo Candeal.

Participante 2: [...], mas o que é falar bonito? eu fico pensando assim, porque eu, eu acho incrível a forma que a gente fala, como a gente consegue passar, o que nós somos. Quando... quando eu falo é... quando a gente, quando tem a Feira das Marias aqui com as mulheres, como fala dos seus produtos aquilo não é bonito? Aquilo não é também ciência? Porque a gente sempre tende a achar que falar bonito é que tem valor. É aquilo do Outro, é aquilo que vem da academia?

Horizontalizar as relações de saber tem sido fundamental para criar espaços seguros e acolhedores para que as vozes do Quilombo Candeal possam ser ouvidas e para que possam ter acesso às oportunidades e recursos necessários para se expressar e produzir

conhecimento. Nossos esforços incluem práticas de inclusão, educação e sensibilização para a diversidade e o combate ao preconceito e à discriminação. Assim, valorizamos os saberes locais e tradicionais e criamos espaços de diálogo e reflexão nos quais as pessoas da comunidade podem compartilhar suas experiências, perspectivas e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- BARTON, D; HAMILTON, M. Literacy Practices. In BARTON, D.; HAMILTON, M; R. IVANIC, **Situad Literacies: Reading and witingin** contex. London and New York: Routledge, 1998, p. 6-13.
- CÉSAIRE, A. **Aimé Césaire textos escolhidos: a tragédia do rei Cristophe; discurso sobre o colonialismo; discurso sobre a negritude.** (S. Nascimento, Trad.) Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro.** (A. Boide, Trad.) São Paulo: Veneta, 2021.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso** (21ª ed.). São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- hooks, b. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- hooks, b. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.
- LEMKE, J. L. Letramento Metamidiático: Transformando Significados e Mídias. **Trab. Linguística Aplicada**, n. 49, v. 2, p. 455-479, Jul./Dez, 2020.
- NASCIMENTO, B. **O negro visto por ele mesmo.** São Paulo: Ubu, 2022.

Pereira, D. F. Letramento Racial no contexto brasileiro de pesquisa. In **Anais XII COPENE**, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/daype/Downloads/Letramento%20racial%20no%20contexto%20brasileiro%20de%20pesquisa%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/daype/Downloads/Letramento%20racial%20no%20contexto%20brasileiro%20de%20pesquisa%20(2).pdf).

SOUZA, A. L. **Letramentos de Reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hip hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

STREET, B. V. Políticas e Práticas de Letramento na Inglaterra: uma perspectiva de Letramentos Sociais. **Cad. Cedes**, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan-abr 2013.

TWINE, F. W. A white side of black Britain: The concept of racial literacy. **Ethnic and Racial Studies**, n. 6, p. 878-907, 2004.

TWINE, F. W.; STEINBUGLER, A. C. The gap between whites and whiteness: linterracial Intimacy and Racial Literacy. **Du Bois Review: Social Science Research On Race**, n. 2, v. 3, p. 341-363, 2006.

CAPÍTULO 6

TODA TRABALHADA E TOMBANDO: textos legislativos proibicionistas à linguagem não-binária

PARAISO, Gustavo José Barbosa¹⁹

INTRODUÇÃO

Segundo dados apresentados pela agência internacional de pesquisa Trans Respect, o Brasil, em 2022, mais uma vez, registrou o marco do país com mais da metade de homicídios a pessoas transgênero no mundo. Além disso, de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil continua, pelo décimo quarto ano consecutivo, como o país com mais episódios noticiados de assassinato contra pessoas trans.

Nesse cenário, este trabalho teve como norte nossa pesquisa PIBIC-Cnpq intitulada: *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos*, que tem como objetivo identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária (LNB) de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas sobre esse uso linguístico. Para tanto, vale começar já dizendo que entendemos por linguagem não-binária toda prática discursiva de representação de pessoas que não se compromete com a produção de sentido dualista de que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero.

19 UFRPE. guga.paraiso@gmail.com

Também conhecida como linguagem neutra, a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (LIG), modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, (2001 [1992]). A LIG busca democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas, como no afastamento do uso do masculino gramatical genérico em algumas línguas. Por sua vez, LIG integra o que se chama de linguagem inclusiva, isto é, um conjunto de modos de uso linguístico que objetivam dar visibilidade e representatividade a grupos historicamente alijados, como vemos nos pleitos de vários países quanto às políticas linguísticas antirracistas e para comunidades indígenas.

Nosso objetivo geral foi identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária de gênero em textos legislativos (projetos de lei federais e estaduais) proibicionistas brasileiros sobre esse uso linguístico. E como objetivos específicos: (1) verificar a produção e circulação de textos legislativos proibicionistas sobre a linguagem não-binária no Brasil; (2) desvelar a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem; (3) perceber, nesses discursos, qual o grau de diálogo com os interesses dos pleitos políticos de representatividade da população não-binária de gênero em nosso país; (4) interpretar, usando o pressuposto da indexicalidade, qual a performance mais recorrente utilizada para dar sentido a linguagem não-binária nos textos analisados, e como esses resultados encontrados recorrem para depreciar essa forma de linguagem.

1 CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL

Este trabalho está centrado em coletar e analisar textos legislativos (estaduais e federais), em tramitação no país, de natureza proibitiva quanto ao uso da LNB. Na prática, tais textos são um ingrediente a mais nas violências sobre o existir das pessoas de gênero dissidente.

Certamente não seria uma lei que impediria a mudança linguística, mas, sem dúvida, sinalizaria retrocesso social quando legitimado por representantes de uma política conservadora, ainda vigente no Brasil. Movimentos negacionistas das transformações da linguagem, dessa forma, tornam-se patrocinadores de violências de expressões que ultrapassam ou que rompem com um modelo de sociedade heteronormativa. Diante desse cenário, a motivação para produção dessa pesquisa mais que emergiu, ela clamou por produzir e mensurar informações que possibilitem um caminho inverso dessas violências. Sobretudo que os diversos esforços que estudos nessa temática proporcionam luz a questões que visam esclarecer as problemáticas que cercam esse tema.

Um fato que devemos apontar é que não se trata de uma tentativa de imposição sobre o seu uso, e sim primeiramente, sobre os dados que decorrem de sua proibição e as violências que esses discursos trazem para uma população já tão, infelizmente, violentada em aspectos e vivências que devem ser ainda sinalizadas para serem combatidas por todos nós.

Atualmente, observamos esforços de grupos políticos e sociais para produzirmos uma linguagem inclusiva de gênero. Esses esforços para uma LIG de caráter binário – pois expressa o feminino pela revelação da binariedade de gênero –, existem modelos de LIG não binários. Por exemplo, em novembro de 2020, uma escola particular no Rio de Janeiro (RJ) passou a usar a forma ‘querides alunes’ em vez de ‘queridos alunos’, como modelo de representação de grupos heterogêneos de

estudantes, com a justificativa de que essa mudança passa a incluir múltiplas identidades sob a marcação de gênero pelo morfema -e. Cinco anos antes, a antiga e conhecida escola Pedro II, também da mesma cidade, adotou o termo ‘alunxs’ para se referir a estudantes que não têm gênero definido. Estes e outros modos, mais até do que as formas da LIG binária, têm suscitado maior reação de grupos fascistas e é esse exatamente o tema de nosso estudo. Conferimos PLs federais e estaduais que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisamos o seu discurso.

2 MÉTODO UTILIZADO

Para esta pesquisa, o marco teórico é formado por uma bibliografia sobre gênero social e Teoria Queer (CULT, 2014; MISKOLCI, 2014, 2015; OLIVEIRA, 2019) e o marco analítico serve de material para desempenhar a análise do discurso dos dados (MELO & FERREIRA, 2017). Este terá inspiração na ACD, sob a esteira de Norman Fairclough (2003) em sua proposta de uma análise de discurso explanatória – em particular, em sua teoria-método denominada Teoria Social do Discurso.

O método foi dividido nas seguintes etapas, que não necessariamente são sequenciais.

a) Leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico e analítico, funcionando como um momento de início e continuidade para pensar no problema de pesquisa como um obstáculo social, identificando a rede de práticas em que ele está inserido e conhecendo a prática particular que é o discurso legislativo.

b) Coleta do corpus (textos legislativos brasileiros proibicionistas à LNB – projetos de lei federais e estaduais) nos portais de publicação da tramitação desses dados.²⁰ Os PLs federais foram coletados no site

20 É importante explicar que o trâmite institucional dos PLs consiste nas seguintes etapas: apresentação do texto pelo/a parlamentar, passagem por comissões para análise legal (como comissões de Educação e Justiça); votação na câmara e, no caso dos PLs federais, votação também na Câmara do Senado. Após isso, o texto

da Câmara Federal (camara.leg.br) e os projetos estaduais estão sendo colhidos nos portais específicos das assembleias legislativas de cada estado. As palavras-chave usadas para indexicalizar os campos de busca dos sites foram 'linguagem neutra', 'ideologia de gênero' e 'gênero', previamente observadas no corpus por envolver modos bastante populares de nomeação da LNB.

c) Identificação das informações referentes à produção e circulação (quantidade, registros, autoria, data de apresentação, tramitação, pensamento) dos dados coletados, para verificação da ordem do discurso de uma prática particular na rede de práticas sociais em que o problema está inserido e para a análise de dados contextuais.

d) Ainda análise do discurso, mas agora na fase de interpretação dos dados à luz dos recursos lexicais que indexalizam a LNB, iniciamos a análise do texto destes projetos à luz de uma vertente da ACD. Pois dentro dos pressupostos que à ACD apresenta, tivemos que escolher um dos seus para seguirmos com nossa análise, visto que, por questões de escolha metodológica e abrangência do tema *versus* temporalidade para a execução da mesma, elegemos fazer nossa análise seguindo o conceito de indexicalidade. Na ACD a indexicalidade é essencial para compreendermos como as palavras e expressões são carregadas de significados ideológicos, como elas apontam para o contexto em que são utilizadas e, sobretudo, como contribuem para a construção de identidades e relações de poder. Os valores, os discursos, as narrativas, as vozes e as convenções sociais indexicalizadas e hierarquizadas são, então, as ordens de indexicalidade. (Melo & Ferreira, 2017).

e) Identificamos os seguintes itens lexicais que são utilizados para fazer referência a LNB nos PLs analisados. São eles: 'linguagem

é conduzido para o Poder Executivo sancionar ou não. Vale dizer que alguns projetos são pensados, ou seja, unidos a outros de mesmo teor, propostos por outra/o parlamentar, para formarem um terceiro – isso acontece, por exemplo, quando um primeiro projeto foi arquivado e seu autor ou sua autora não atua mais numa nova legislatura.

neutra', 'gênero neutro', 'neolinguagem' e 'linguagem não-binária'. Tendo encontrado essas expressões iremos analisar, sob o olhar da indexicalização, a produção de sentido que essas palavras imprimem ao se referenciarem a LNB. Observamos que elas realizam 9 performances diferentes, performances essas nomeadas por nós ao observarmos as funções semânticas que elas apresentavam. Verificadas essas ocorrências nas diferentes performances, identificamos qual a performance mais recorrente nos textos analisados, e a partir dessa identificação podemos apresentar conclusões sobre essas escolhas semânticas.

3 RESULTADOS OBTIDOS

Analisando o texto destes projetos à luz da indexicalidade, pois é através da indexicalidade que desvendamos as estratégias discursivas que influenciam a forma como interpretamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

Para entendermos a indexicalização dessas palavras, isto é, o que elas constroem no contínuo dos textos, verificamos que sua articulação se realiza em 9 performances diferentes, quais sejam: **objetivo, definição, exemplificação, adjetivação, causa e efeito, problema e solução, conclusão, citação e paráfrase**. Todas essas performances foram nomeadas assim por nós, sob verificação das funções semânticas nas sentenças onde se apresentavam os itens.

4 DESVELANDO OS RESULTADOS

A performance mais frequente nos textos analisados é a adjetivação, existindo em 23% das ocorrências e, com um número absoluto de 49 casos. Apreciar negativamente associando a LNB a um problema e uma desordem é mais uma face da abjetificação que os discursos reacionários à LNB vêm empreendendo. O que é abjetificar? De acordo com Kristeva (1982), a abjeção não é apenas a desidentificação com algo, mas a percepção que esse algo é tão horrível que desorganiza a ordem vigente. E é isso que acontece com a construção de sentido que PLs proibicionistas federais e estaduais fazem com a LNB. Ao abjetificar essa linguagem, tais projetos, como muitos discursos contrários à população LGBTQIAPN+, colocam a LNB num campo subalternizado sim, mas, como Butler (2021) aponta, também dão margem para a emergência da potência do fenômeno considerado estranho, do desencaixado, do inadequado, do queer. No horizonte de uma política queer, o discurso dos PLs que estudamos pode até pensar que mata a existência da disrupção da LNB, mas sua face é ambivalente para nós que nos filiamos a tal política.

Se nos chamam de aberração, e aqui quero deixar claro que não pretendemos usurpar a voz de ninguém, nem anular as características que diferem a dominação e as ofensas que cada um suporta e que o levam a agir como melhor parece nas diversas circunstâncias de opressões, ser trans, bixa, lésbica, pessoa não-binária, "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é." Porém, se nos chamam de aberração – como aparece nos textos de nosso corpus – nos erguemos desse lugar, por meio de um contrabando discursivo (MELO, 2022), que toma desse discurso de ódio, sem a sua permissão, o termo que usam para nos matar, a fim de dizer: não queremos nunca sermos iguais a vocês ou o que consideram bom e, se essas adjetivações são as formas como nos enxergam diferentes, nós as assumimos como resistência a suas práticas de morte contra nossos corpos.

Como considerações finais, podemos afirmar que a maior parte dos projetos apresentados está alinhada com a direita radical de nosso país, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo. Tais segmentos expõem como principais argumentos: 1. a promoção da norma culta do português brasileiro; 2. o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil; 3. o não descumprimento de acordo ortográfico estabelecido entre países lusófonos em 2009; 4. o direito de estudantes ao aprendizado da língua; 5. e a proteção à família.

Numa perspectiva crítica do discurso, os PLs são parte de uma rede de práticas, conforme aponta Fairclough (2003), que constitui a conjuntura política de produção de sentido da LNB. É mais uma voz que se ergue sobre o assunto. E, como tal, reverbera na construção de valor e existência acerca do que é a LNB no Brasil. Se o resultado da produção discursiva nesse campo político é fundamentalmente de atribuição depreciativa, isso é indicativo de como no campo legislativo temos contribuído para o pensamento sobre uma linguagem inclusiva de gênero, mas não se perder de vista seu papel reverso como dissemos. Entretanto, esse papel não se constituirá no interior dos PLs, mas a partir dele, sendo o que vamos fazer com esse discurso. A comunidade LGBTQIAPN+ e, sobretudo, as pessoas não binárias, não se resignificarão (porque são indexicalizadas pelo discurso acerca da LNB) e não recategorizarão a própria LNB se dialogarem pacificamente com os PLs. Numa relação interdiscursiva, o que se espera é que uma solidariedade *queer* aconteça tomando como de partida essas atribuições negativas e, no fluxo de um contrabando discursivo, resista à violência institucional do campo legislativo brasileiro. Sendo assim, para a ACD, sobre um momento de reflexão: como desabar a violência estrutural cis-heteronormativa tomando por base a leitura de sua expressão pelos PLs que proíbem a LNB? Isso se dá por discurso.

Esse cenário que descrevemos é um passo para lançarmos outras lentes críticas a partir do futuro, porque tais argumentos dos PLs não podem mais funcionar como cortina de fumaça para a antiga postura

silenciadora de uma sociedade tradicional em relação a grupos de vanguarda política na dissidência de gênero e sexualidade, como é o caso das pessoas trans não binárias – identidade-alvo na produção e reelaboração da LNB nos projetos aqui analisados. Sigamos sem esmorecer.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith Butler. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)
- CULT. **Dossiê Teoria Queer**. Revista Cult. São Paulo. 2014. p. 33-56
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].
- KRISTEVA, Julia. **Powers of Horror: an essay on abjection**. New York: Columbia University Press, 1982.
- OLIVEIRA, João M. de. **O que quer o queer?** Podcast Larvas Incendiadas. Disponível em: <https://larvasincendiadas.com/2019/07/18/18-joao-manoel-de-oliveira-o-que-e-o-queer/>. Acesso em 21 de março de 2023.
- MELO, Glenda Cristina Valim de; FERREIRA, Juliana Tito Rosa. As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**. v. 17, n. 03, p. 405-427, 2017.
- MELO, Iran Ferreira de. Contrabando discursivo e Linguística Queer. In: LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires (Orgs.) **Estilos e discursos**. Uma contribuição para os estudos da linguagem. Campinas: Pontes, 2022. p. 17-42.
- MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

_____. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. 2 ed.
Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo
“Origens Históricas da Teoria Queer” – p. 21-35.

CAPÍTULO 7

TODAS E TODES: disputa de sentido e glotopolítica de gênero no Brasil

MELO, Iran Ferreira de²¹

INTRODUÇÃO

Em 2022, o Brasil, mais uma vez, registrou o marco do país com mais da metade de homicídios a pessoas transgênero no mundo, de acordo com os dados apresentados em 2021 pela agência internacional de pesquisa Trans Respect. Sobre o mesmo ano, o mapa brasileiro da violência infringida contra pessoas que não se enquadram nas normas de gênero e sexualidade aponta Pernambuco no quinto lugar entre os estados do Brasil e no segundo entre os estados nordestinos que mais matam por intolerância de gênero e sexualidade, conforme relatório publicado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB, 2023), organização que, há décadas, produz o registro de violência e homicídios por ódio à diferença de gênero e sexualidade e alimenta os dados das políticas públicas para o combate à LGBTfobia. Além disso, de acordo com o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil continua, pelo décimo quarto ano consecutivo, como o país com mais episódios noticiados de assassinato contra pessoas trans. Esta entidade coleta informações sobre a situação da população trans no mundo a partir do projeto Trans Murder Monitoring (TMM), da rede Transgender Europe, que contabilizou 96 assassinatos de pessoas trans no Brasil entre outubro de 2021 e setembro de 2022.

21 Universidade Federal Rural de Pernambuco. iranmelo@hotmail.com

Esta pesquisa se ocupa de investigar evocações de linguagem disruptiva de gênero na língua portuguesa do Brasil, que são manifestações anti-heteronormativas para designação e tratamento de pessoas, por meio de (1) interrupção formal de enunciação binária de gênero – marcações desinenciais não convencionais, como o feminino disruptivo não individual (sujeita, quilomba, atriz social, corpa...) – ou de enunciação não binária de gênero – marcações desinenciais não convencionais das novas engenharias morfossintáticas (usos como tod@s, todxs, todes, tod_s; dos chamados sistemas ilu e elu, entre outros); e de (2) interrupção não formal, pelo feminino genérico e pelo simulacro discursivo (a exemplo da ressignificação de termos como ‘bixa’, ‘sapatão’, ‘vadia’ e ‘queer’).

Este trabalho encontra abrigo praxeológico nos estudos críticos do discurso (FAIRCLOUGH, 2001[1992]; 2003), mas também em estudos queer (BUTLER, 2003; MISKOLCI, 2014, 2015) e em pesquisas sobre designação de gênero na língua portuguesa (ARAÚJO, 2019; SCHWINDT, 2020). Além disso, procedo à leitura atenta de textos sobre estudos gramaticais da língua portuguesa no Brasil, de abordagens tanto descritivo-normativas quanto apenas descritivas, a exemplo de Bechara (1999), Perini (2010) e Bagno (2011).

Meus objetivos são (1) identificar manifestações recorrentes de linguagem disruptiva de gênero na língua portuguesa do Brasil, (2) compreender como essas manifestações respondem às demandas de indivíduos dissidentes de gênero e (3) entender como elas são absorvidas pelo currículo escolar.

1 VAMOS FALAR DO MÉTODO

Esforços políticos para o respeito e a inclusão de gênero no português brasileiro não são novos. O projeto de lei 4.610/2001, de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT), que “dispõe sobre a linguagem inclusiva na legislação e nos documentos oficiais, estabelecendo a utilização de vocábulos do gênero masculino apenas para referir-se ao homem; exigindo que toda referência à mulher deverá ser feita expressamente utilizando do gênero feminino”, já passou por toda a tramitação, com substitutivo aprovado em 2006, e está pronto para entrar na pauta no plenário em regime de tramitação ordinária.

Vamos agora conversar sobre a metodologia da pesquisa em tela. Para o método que cumpre o primeiro objetivo, há duas fases. A primeira é a produção de uma cartografia de usos, defesas e análises de manifestações da linguagem disruptiva de gênero no nosso país em espaços discursivos como: publicações nas redes sociais digitais, plataformas de vídeo e blogs; textos acadêmicos; entrevistas publicadas com artistas da dissidência de gênero de todas as regiões do país; registros de falas públicas, debates e conversas em eventos sobre linguagem e ruptura de gênero; grupos de discussão de atividades formativas; guias de orientação para linguagem inclusiva em diferentes instituições do Brasil; canções populares, peças de teatro, textos literários e filmes de artistas que tematizam a ruptura de gênero nos seus trabalhos; depoimentos de pessoas trans que fazem uso da linguagem disruptiva. Já a segunda fase consiste na produção de um panorama catalográfico que possibilita categorizações que associam o discurso das manifestações disruptivas de gênero a mecanismos específicos da gramática do português brasileiro (ex.: ‘Menine’ – modelo não-binário – marcado morfológicamente (-e) na desinência de gênero).

Quanto à metodologia do segundo objetivo, sigo os seguintes passos: entrevista a pessoas dissidentes de gênero e integração a grupos focais (informais – como rodas e bate-papos – e formais – como

colóquios e simpósios) sobre dissidência de gênero e linguagem. Já para o terceiro objetivo, ocorre a inserção de atividades formativas e de escuta em escolas, análise de documentos curriculares que orientam o trabalho escolar (como projetos político-pedagógicos) e parametrizam redes de ensino (como planos de educação em diferentes níveis político-administrativos).

A metodologia aplicada para o terceiro objetivo é concomitante ao processo metodológico utilizado pelos dois outros, sendo este sequencial em duas fases do trabalho e aquele diluído em todo o tempo da pesquisa. Em outras palavras, as fases da pesquisa são divididas em quatro e mistas do ponto de vista metodológico, sempre com leitura, coleta, descrição e interpretação ao mesmo tempo. Elas são compostas pela seguinte cronologia: anos 01 e 02 – cumprimento do primeiro objetivo –, anos 03 e 04 – cumprimento do segundo objetivo – e, em todos os quatro anos, a realização do terceiro objetivo. Atualmente, a pesquisa está no primeiro semestre do terceiro ano.

2 E AGORA: os resultados e as discussões

A pesquisa ainda não terminou. Por isso, apresento aqui hipóteses que estão sendo testadas e parcialmente reveladas como resultados.

Tomo como hipóteses para o primeiro objetivo as seguintes possibilidades: (1) há múltiplas expressões de linguagem disruptiva, em diferentes níveis da língua, atravessadas por fatores dialetais e socioletais; (2) todas essas expressões são passíveis de inteligibilidade dentro de ordens de discurso específicas que, em menor ou maior grau, alteram práticas discursivas convencionais.

Para o segundo objetivo, o estudo tem mostrado que: (1) a análise da linguagem disruptiva revela alto grau de reflexividade por parte de seus e suas falantes e essa reflexividade carrega uma agência de enunciação sem abdicar do reconhecimento de certa precariedade

dos corpos dos sujeitos para poderem se afirmar, isto é, não se trata de um movimento de passagem da vulnerabilidade para o orgulho, mas de uma ação do discurso que engendra a autoafirmação pela via da experiência de uma assunção da vulnerabilidade; (2) esse movimento só ganha reconhecimento por meio do exercício de aliança, isto é, num trabalho de performatividade das assembleias; (3) o impacto desses modos de uso da linguagem opera muito mais no campo pragmático do que no semântico, não nos permitindo falar de uma dimensão máxima de ressemantização nesses casos, pois seu efeito recai mais na produção de novas relações entre os sujeitos do que de novos significados.

Já para o terceiro objetivo, tomo percebo o apagamento curricular de uma didatização afirmativa sobre os modos disruptivos de gênero, além de uma pedagogia de silenciamento desses modos e, conseqüentemente, das identidades que os pleiteiam.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O trabalho em tela é todo o tempo dialogado não apenas com as leituras das referências mencionadas, mas também com interlocuções feitas com pessoas dissidentes de gênero, que colaboram com a pesquisa em leituras abertas do processo por meio de um programa de podcast que tem essas pessoas como participantes de conversas públicas sobre o assunto.

A cada ano da pesquisa, há um evento (seminário, curso, oficina...) que socializa os diferentes achados do estudo e, ao longo do tempo, o trabalho é divulgado por distintos meios (revistas científicas, livros, eventos científicos, aulas, programas de podcast, lives...). Ademais, a cada seis meses, a pesquisa gera um relatório que tem leitura sensível de pessoas dissidentes de gênero (sobretudo trans não-binárias) de diferentes idades, regiões, performances e racialidades.

Com esta apresentação, espero que este estudo exploratório possa contribuir não apenas para investigar usos do português brasileiro e analisar discursos agenciadores de novas performances de gênero, mas também colabore para a desconstrução de violências históricas aos corpos que escapam às normas de gênero.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C. *Pajubá*. Memórias e diálogos das travestis. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- BAGNO, M. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática do Português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BUTLER, J. *Problemas de Gênero*. Feminismo e Subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].
- _____. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.
- GGB. *Relatório de homicídios da população LGBT em 2022*. Salvador. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em 21 de março de 2023.
- MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Revista Periódicus*. n. 01, mai-out., 2014.
- _____. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PERINI, M. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da Abralin*. v. 19, n. 01, 2020.



Este livro foi diagramado no setor de Produção de Conteúdo e
Material Didático da UAEADTEC/UFRPE em 2025.



UFRPE



T E C
U F R P E